

**PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA  
DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
CONSIGNADOS PORTFÓLIO II**

DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA MÍNIMA DE 20.000 E MÁXIMA DE ATÉ 100.000 QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE, COM VALOR UNITÁRIO INICIAL DE R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS), QUE PERFAZEM UM VOLUME TOTAL DE:

**R\$ 100.000.000,00**

**ADMINISTRADOR – BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, CIDADE DE DEUS,  
PRÉDIO NOVÍSSIMO, 4º ANDAR, VILA YARA, OSASCO - SÃO PAULO

**CNPJ/MF Nº 11.370.040/0001-41**

**Standard & Poor's: brAAf**

**Meta de Rentabilidade Prioritária: CDI+1,9% ao ano**

- ✓ **Ofício CVM referente à constituição do Fundo:** CVM/SIN/GIE Nº 118/2010
- ✓ **Registro na CVM:** 15 de janeiro de 2010
- ✓ **Data e Ofício CVM referente ao registro da 1ª série de quotas seniores:** CVM/SRE/GER-1/Nº 35/2010, concedido em 14 de janeiro de 2010
- ✓ **Classificação ANBIMA:** FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
- ✓ **Código ANBIMA das quotas seniores:** (...)
- ✓ **Código ISIN das quotas seniores da 1ª série:** BRPFOLCTF003
- ✓ **Valor unitário das quotas seniores:** R\$ 1.000,00

EMIÇÃO DA PRIMEIRA SÉRIE DE QUOTAS SENIORES E DAS QUOTAS SUBORDINADAS DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS PORTFÓLIO II (O “FUNDO”), CONSTITUÍDO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 2.907, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2001, DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (“CMN”) E A INSTRUÇÃO Nº 356, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2001, DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM, CONFORME ALTERADA, E DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES APLICÁVEIS, INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (“CNPJ/MF”) SOB O Nº 11.370.040/0001-41 E ADMINISTRADO PELA **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, COM SEDE NA CIDADE DE DEUS, PRÉDIO NOVÍSSIMO, 4º ANDAR, VILA YARA, OSASCO - SÃO PAULO, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 00.066.670/0001-00 (A “ADMINISTRADORA”), CONFORME DELIBERADO PELA ADMINISTRADORA NO ATO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO, EM 23 DE NOVEMBRO DE (2009, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADO NO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE OSASCO SOB O Nº 236338, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009).

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBID DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (“CVM”).

A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTE FUNDO DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DA ADMINISTRADORA E DO GESTOR DE QUE O OBJETIVO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO ‘FATORES DE RISCO’ DESTE PROSPECTO DEFINITIVO, NAS PÁGINAS 23 A 29.

O INVESTIMENTO NO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO DEFINITIVO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE A ADMINISTRADORA E O GESTOR DO FUNDO MANTENHAM SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS QUOTISTAS.

ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS QUOTISTAS.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DE SUA ADMINISTRADORA, DE SEU GESTOR, DO CUSTODIANTE OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO DEFINITIVO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM, NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO DEFINITIVO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO, À POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTE PROSPECTO DEFINITIVO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

TODOS OS QUOTISTAS, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÃO ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS PORTFÓLIO II E CIÊNCIA DE RISCO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO DEFINITIVO E DO REGULAMENTO DO FUNDO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (INCLUSIVE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS), DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA À ADMINISTRADORA, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO.

AS QUOTAS SÊNIORES DA 1ª SÉRIE SERÃO REGISTRADAS, PARA NEGOCIAÇÃO EM MERCADO SECUNDÁRIO, NA CETIP.

ESTE FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA QUOTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.

O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS DO FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE PERMANÊNCIA DOS RESPECTIVOS INVESTIMENTOS NO FUNDO, BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS. ALTERAÇÕES NESSAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A RENTABILIDADE AOS QUOTISTAS E AO FUNDO. VIDE SEÇÃO "TRIBUTAÇÃO" DESTE PROSPECTO DEFINITIVO.

A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS QUOTAS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À ADMINISTRADORA.

NÃO HÁ EVENTOS SUBSEQUENTES RELEVANTES NÃO MENCIONADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO **CEDENTE**.



Prospecto de acordo  
com Código ANBID de  
Regulação e Melhores  
Práticas para os Fundos  
de Investimento

#### ORIGINAÇÃO, COORDENAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO







#### ADMINISTRAÇÃO

**BEM DTVM**  
(Empresa do Grupo Bradesco)

#### GESTÃO E ESTRUTURAÇÃO



<b>ASSESSORIA LEGAL</b>  	<b>AGÊNCIA DE RATING</b>  	<b>AUDITORIA</b>  	<b>CUSTÓDIA</b>  
--	---	--	--

## ÍNDICE

GLOSSÁRIO .....	6
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO.....	13
ORIGEM E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	15
PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	16
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA .....	17
PERFIL DO INVESTIDOR .....	20
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA .....	20
CONDIÇÕES DE CESSÃO.....	20
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE .....	21
LIMITES DE CONCENTRAÇÃO.....	23
POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS .....	24
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS .....	25
FATORES DE RISCO .....	26
PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	32
QUOTAS .....	33
EMIÇÃO, NEGOCIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS.....	34
RAZÃO DE GARANTIA .....	36
ASSEMBLÉIA GERAL .....	37
EVENTOS DE AVALIAÇÃO .....	39
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO.....	40
TAXAS .....	41

<b>TRIBUTAÇÃO.....</b>	<b>42</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO.....</b>	<b>43</b>
<b>OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA .....</b>	<b>43</b>
<b>VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA .....</b>	<b>44</b>
<b>SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA.....</b>	<b>45</b>
<b>CUSTÓDIA E CONTROLADORIA.....</b>	<b>45</b>
<b>SUBSTITUIÇÃO DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO.....</b>	<b>46</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO.....</b>	<b>46</b>
<b>PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS .....</b>	<b>47</b>
<b>ENCARGOS DO FUNDO.....</b>	<b>47</b>
<b>PERIÓDICO DESTINADO ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO .....</b>	<b>48</b>
<b>BREVE HISTÓRICO DO BANCO RURAL S.A. ....</b>	<b>48</b>
<b>BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.....</b>	<b>52</b>
<b>ADMINISTRADORA – BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.....</b>	<b>52</b>
<b>GESTOR – BER Capital S.A.....</b>	<b>52</b>
<b>CUSTODIANTE – BANCO BRADESCO S.A. ....</b>	<b>52</b>
<b>AGÊNCIA DE RATING – STANDARD &amp; POOR’S.....</b>	<b>53</b>
<b>AUDITORIA – KPMG AUDITORES INDEPENDENTES .....</b>	<b>53</b>
<b>ASSESSOR LEGAL – BARCELLOS TUCUNDUVA ADVOGADOS.....</b>	<b>53</b>
<b>SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO .....</b>	<b>53</b>
<b>CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA.....</b>	<b>54</b>
<b>DIREITOS CREDITÓRIOS.....</b>	<b>54</b>
<b>CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....</b>	<b>55</b>
<b>INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLENTOS, PERDAS E PRÉ-PAGAMENTO .....</b>	<b>56</b>
<b>DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO .....</b>	<b>59</b>
<b>RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E/OU COM A OFERTA .....</b>	<b>59</b>
<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS.....</b>	<b>60</b>
<b>EXEMPLARES DO PROSPECTO .....</b>	<b>61</b>
<b>ATENDIMENTO AO QUOTISTA .....</b>	<b>61</b>

<b>FORO .....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXO I – REGULAMENTO DO FUNDO .....</b>	<b>63</b>
<b>ANEXO II – DECLARAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO.....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXO III – DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400 .....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO DISTRIBUIDOR LÍDER .....</b>	<b>66</b>
<b>ANEXO V - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO .....</b>	<b>67</b>

## GLOSSÁRIO

<u>Administradora:</u>	é a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Standard&Poor's, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, No. 201–18º andar - São Paulo, SP- CEP, 05426-100;
<u>Agente de Cobrança:</u>	é o Banco Rural S.A., Rua Rio de Janeiro 927, 14º andar/ Centro- 30160-041 - Belo Horizonte - Minas Gerais, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Agente Escriurador:</u>	é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo – 4o andar, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série;
<u>Aposentados e Pensionistas:</u>	são os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão da Previdência Social do INSS e os aposentados e pensionistas Civis e Militares dos Institutos de Previdência Estaduais e Municipais;
<u>Assembléia Geral:</u>	é a Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do <u>Capítulo XXI</u> do Regulamento;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
<u>Auditor Independente:</u>	é a KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, com sede Rua Renato Paes de Barros, 33, São Paulo – SP e inscrita no CNPJ sob nº 57.755.217/0001-29;
<u>ANBIMA:</u>	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>Cedente:</u>	é o Banco Rural S.A., instituição financeira com sede na Rua Rio de Janeiro 927, 14º andar/ Centro- 30160-041 - Belo Horizonte - Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob nº 33.124.959/0001-98, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CETIP:</u>	é a CETIP S/A Balcão Organizado de Ativos e Derivativos com

	sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 230, 10º e 11º andares e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.719.664/0001-24 e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
<u>CMN:</u>	Conselho Monetário Nacional;
<u>Consignante:</u>	é o órgão ou entidade da administração federal, estadual e municipal direta, autárquica ou fundacional que procede a descontos relativos às consignações compulsória e facultativa na ficha financeira do servidor, aposentado ou pensionista, em favor de consignatário, conforme listados nos <u>Anexo II</u> do Contrato de Cessão;
<u>Consignantes Verificáveis:</u>	são todos os Consignantes listados no Anexo III do Contrato de Cessão, cuja averbação do Consignante é eletrônica;
<u>Conta do Fundo:</u>	a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo junto ao Banco Bradesco S.A., que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
<u>Contas Vinculadas:</u>	são as contas de recebimento mantidas no Depositário, as quais só podem ser movimentadas por este último, exclusivamente na forma estabelecida no Convênio de Cobrança;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é o “ <i>Instrumento Particular de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças</i> ” celebrado entre o Fundo, a Administradora e o Cedente, e seus Termos de Cessão;
<u>Contrato de Cobrança:</u>	é o “ <i>Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança</i> ”, a ser celebrado entre o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, e o Cedente;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o “ <i>Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros e Controladoria para Fundos de Investimento em Direitos de Crédito</i> ”, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o “ <i>Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos</i> ”, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Gestão:</u>	é o “ <i>Contrato de Prestação de Serviço de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios</i> ” firmado pelo Fundo com o Gestor, ou seu sucessor a qualquer título;

<u>Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas:</u>	é o “ <i>Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas</i> ”, celebrado entre a Administradora e o Cedente;
<u>Contrato de Depositário:</u>	é o “ <i>Contrato de Prestação de Serviços de Depositário</i> ”, por meio do qual o Cedente contratou o Banco Bradesco S.A. para atuar como prestador de serviço de depositário qualificado, com a obrigação de reter e transferir ao Cedente e ao Fundo os valores creditados nas Contas Vinculadas, por conta e ordem do Cedente;
<u>Convênios:</u>	São acordos firmados pelo Cedente com entidades da administração federal, estadual, do Distrito Federal e municipal direta, autárquica ou fundação, conforme listados no <u>Anexo IV</u> do Contrato de Cessão, para que a totalidade das parcelas dos empréstimos devidos por cada Mutuário seja consignada diretamente nos proventos dos Mutuários, junto ao respectivo Consignante, em benefício do Cedente ou do Fundo, conforme o caso;
<u>CrITÉRIOS de Elegibilidade:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 13 do Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Banco Bradesco S.A. instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, bem como credenciada perante a CVM para a prestação de serviços de custódia qualificada, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Datas de Amortização:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembléia Geral, conforme o caso;
<u>Data de Emissão:</u>	é a data de emissão de Quotas Seniores de cada série;
<u>Data da 1ª Subscrição de Quotas:</u>	é a data da 1ª subscrição de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelo Público Alvo e/ou pelo Cedente, respectivamente, à disposição do Fundo;
<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, conforme indicada no Suplemento da respectiva série;
<u>DATA PREV:</u>	é a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social;



<u>Decreto Autorizativo:</u>	é o decreto que institui a possibilidade de celebração de Convênios entre os Consignantes e o Cedente;
<u>Depositário:</u>	é o Banco Bradesco S.A., ou seu sucessor a qualquer título, que foi contratado pelo Cedente, como Depositário, conforme se verifica no “ <i>Contrato de Depósito</i> ” firmado entre o Banco Bradesco S.A. e o Cedente;
<u>Dias Úteis:</u>	Significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na sede social da Administradora; e (ii) feriados de âmbito nacional;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são os direitos de crédito oriundos das operações de empréstimos com consignação em folha de pagamento celebrados entre o Cedente e os Mutuários;
<u>Direitos de Crédito Elegíveis:</u>	são os Direitos de Crédito que atendam cumulativamente às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade;
<u>Diretor Designado:</u>	é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo;
<u>Direitos de Crédito Provisionados:</u>	são as Cédula de Crédito Bancário e/ou Contratos de Mútuo cujos Direitos de Crédito tenham sido integralmente provisionados pelo Fundo, nos termos da Resolução nº. 2.682, de 22 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores;
<u>Distribuidor Líder:</u>	é o Banco Rural S.A., instituição financeira com sede na Rua Rio de Janeiro 927, 14º andar/ Centro- 30160-041 - Belo Horizonte - Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob nº 33.124.959/0001-98;
<u>Documentos Representativos de Crédito:</u>	são os Convênios, as cédulas de crédito bancário e/ou contratos de mútuo emitidas pelos Mutuários em favor do Cedente, por meio das quais são formalizados os termos e as condições do empréstimo, e o Consignante é autorizado a promover os descontos nos proventos pagos aos Mutuários;
<u>Documentos da Consignação:</u>	é a lei, decreto, portaria, convênio ou outro instrumento que autoriza a consignação em folha de pagamento;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão e seus Termos de Cessão, Regulamento e seus Suplementos, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Gestão, Contrato de Serviços de

	Escrituração, Contrato de Gestão, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança e Depósito, Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas, Contrato de Depositário;
<u>Encargos do Fundo:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 59 do Regulamento;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 55 do Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	têm o significado que lhe é atribuído no Artigo 57 do Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 54 do Regulamento;
<u>Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º do Regulamento;
<u>Gestor:</u>	BER Capital S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedroso Alvarenga, 1221 – 1º andar, Itaim, CEP 04531-012, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.528.420/0001-04, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>IGPM:</u>	é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
<u>Instituições Autorizadas:</u>	Instituições financeiras de primeira linha, com classificação de risco ( <i>rating</i> ) igual ou superior a à classificação de risco das Quotas Seniores do Fundo, emitida pela Standard & Poor's;
<u>INSS:</u>	Instituto Nacional da Seguridade Social;
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução CVM 446, datada de 19 de dezembro de 2006;
<u>Lista de Consignantes:</u>	é a lista de consignantes constante do <u>Anexo II</u> do Contrato de Cessão;
<u>Meta de Rentabilidade Prioritária:</u>	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com este Regulamento;
<u>Mutuário:</u>	são servidores públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, autarquias e fundações públicas, e Aposentados e Pensionistas que venham a contrair empréstimo junto aos Cedente;

<u>Novos Consignantes:</u>	Tem significado que lhe é atribuído no Parágrafo 2º do Artigo 8º do Regulamento;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	Significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no <u>Capítulo XVII</u> do Regulamento;
<u>Periódico:</u>	é o "Valor Econômico";
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Agente de Cobrança em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito;
<u>Política de Concessão de Crédito:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Capítulo VI do Regulamento;
<u>Política de Investimento:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Capítulo IV do Regulamento;
<u>Preço de Aquisição:</u>	é o preço de aquisição de cada Direito de Crédito Elegível pago pelo Fundo ao Cedente, em moeda corrente nacional, conforme indicado em cada Termo de Cessão;
<u>Pré-Pagamento:</u>	é o pagamento de parcelas liquidadas integralmente com mais de 30 (trinta) dias de antecedência em relação ao respectivo vencimento, sem que tenha sido celebrado novo contrato com o mesmo Mutuário até 30 (trinta) dias antes ou depois do respectivo pagamento antecipado;
<u>Público Alvo:</u>	são os investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos quotistas. Podem participar do Fundo, ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 409. Investidores não residentes poderão adquirir quotas do Fundo, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM;

<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas;
<u>Quotista Dissidente</u>	é o Quotista que delibera a favor da Liquidação Antecipada do Fundo em Assembléia Geral, na hipótese da ocorrência de Evento de Liquidação, quando a decisão assemblear é contra a liquidação do Fundo,
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe Seniores, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Seniores em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Razão de Garantia:</u>	é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores, observado o disposto no Artigo 52 do Regulamento;
<u>Regulamento:</u>	é o regulamento do Fundo;
<u>Relatório de Avaliação:</u>	é o relatório sumarizado dos resultados dos procedimentos descritos no Artigo 32, do Regulamento, elaborado e encaminhado pelo Auditor Independente à Administradora e ao Custodiante;
<u>Reserva de Liquidez:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 5º do Artigo 46 do Regulamento;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;

## CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

<b>EMISSION DAS QUOTAS:</b>	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS PORTFÓLIO II.
<b>TIPO DE FUNDO:</b>	<p>O <b>FUNDO</b> é constituído sob a forma de condomínio fechado.</p> <p>Para os fins do “Código de Auto-Regulação da AMBIMA para os Fundos de Investimentos”, o <b>FUNDO</b> é caracterizado como fundo de investimento em direitos creditórios.</p>
<b>OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO:</b>	Proporcionar aos quotistas a valorização de suas quotas, através da aplicação preponderante dos recursos do <b>FUNDO</b> , de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e pelo Regulamento, na aquisição de direitos creditórios oriundos de Contratos de Empréstimo concedidos pelo <b>BANCO RURAL S.A.</b> aos Mutuários.
<b>META DE RENTABILIDADE PRIORITÁRIA DAS QUOTAS SENIORES:</b>	<p>A taxa do CDI acrescida de 1,9% ao ano. Não existe qualquer promessa do <b>FUNDO</b>, do <b>CUSTODIANTE</b> da <b>ADMINISTRADORA</b> ou do Gestor acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do <b>FUNDO</b>.</p> <p>As quotas subordinadas não possuirão meta de rentabilidade definida.</p>
<b>PRAZO DE DURAÇÃO:</b>	<p>O <b>FUNDO</b> tem prazo indeterminado.</p> <p>A 1ª Série terá prazo de 60 (sessenta) meses, contados da data da primeira integralização de quotas seniores.</p>
<b>EXERCÍCIO SOCIAL:</b>	O exercício social do <b>FUNDO</b> tem duração de 01 (um) ano, encerrando-se em fevereiro de cada ano.
<b>CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS SENIORES:</b>	A 1ª Série do <b>FUNDO</b> obteve da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco brAAf. A <b>ADMINISTRADORA</b> deverá providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das quotas seniores do <b>FUNDO</b> pela Agência Classificadora de Risco.
<b>QUANTIDADE INICIAL DE QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE A SEREM DISTRIBUÍDAS PUBLICAMENTE:</b>	(100.000) (cem mil cotas)
<b>VALOR INICIAL UNITÁRIO DAS QUOTAS:</b>	R\$ 1.000,00 (mil reais)
<b>PATRIMÔNIO ESTIMADO:</b>	R\$ (125.000.000,00) (cento e vinte e cinco milhões de reais), considerando a colocação total de quotas seniores e de quotas subordinadas.
<b>CLASSES DE QUOTAS:</b>	As quotas do <b>FUNDO</b> serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Maiores informações podem ser obtidas na seção “Direitos e Obrigações Associados às Quotas e do Patrimônio do Fundo”.
<b>RAZÃO DE GARANTIA:</b>	128,22% (cento e vinte e oito por cento e vinte e dois décimos por cento), isto quer dizer que o <b>FUNDO</b> deverá manter no máximo 78% (setenta e oito por cento) de seu patrimônio representado por quotas seniores e no mínimo 22% (vinte e dois por cento) representado por quotas subordinadas.
<b>PÚBLICO ALVO:</b>	Exclusivamente investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela CVM em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos Quotistas. Podem participar do <b>FUNDO</b> , ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 409. Investidores não residentes poderão adquirir quotas do <b>FUNDO</b> , desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se

enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

**VALOR MÍNIMO INICIAL DE APLICAÇÃO:** O valor mínimo inicial de subscrição de quotas seniores e subordinadas é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

**VALOR MÍNIMO DE APLICAÇÕES ADICIONAIS:** O valor mínimo de aplicações adicionais em quotas seniores e subordinadas é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

**POLÍTICA DE INVESTIMENTO:** O **FUNDO** aplicará parcela preponderante de seu patrimônio na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento do **FUNDO**. Para maiores informações, vide a seção "Política de Investimento".

**NEGOCIAÇÃO EM MERCADO SECUNDÁRIO:** A 1ª Série de quotas seniores do **FUNDO** terão registro para negociação no mercado secundário na CETIP. Vide seção "Regras de Movimentação: Emissão, Subscrição, Integralização, Resgate e Amortização de Quotas".

**AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE:** A partir do 13º (décimo terceiro mês) mês contado da data da primeira integralização de quotas seniores, as quotas seniores do **FUNDO** representativas do Patrimônio Inicial terão seus valores amortizados mensalmente.

**AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS SUBORDINADAS:** As quotas subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas se a Razão de Garantia for superior a 136% (cento e trinta e seis por cento), nos termos do artigo 44 e do artigo 54 do Regulamento.

**RESGATE DAS QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE:** O resgate das quotas seniores ocorrerá no (60º) (sexagésimo) mês, contados da data da primeira integralização das quotas seniores da 1ª Série. Vide seção "Características da Oferta".

**RESGATE DAS QUOTAS SUBORDINADAS:** O resgate das quotas subordinadas somente poderá ser efetuado após o resgate da totalidade das quotas seniores da 1ª Série. Vide seção "Características da Oferta".

**INÍCIO DO FUNDO:** 19 de fevereiro de 2010, data em que houve a primeira aplicação em quotas seniores do **FUNDO**.

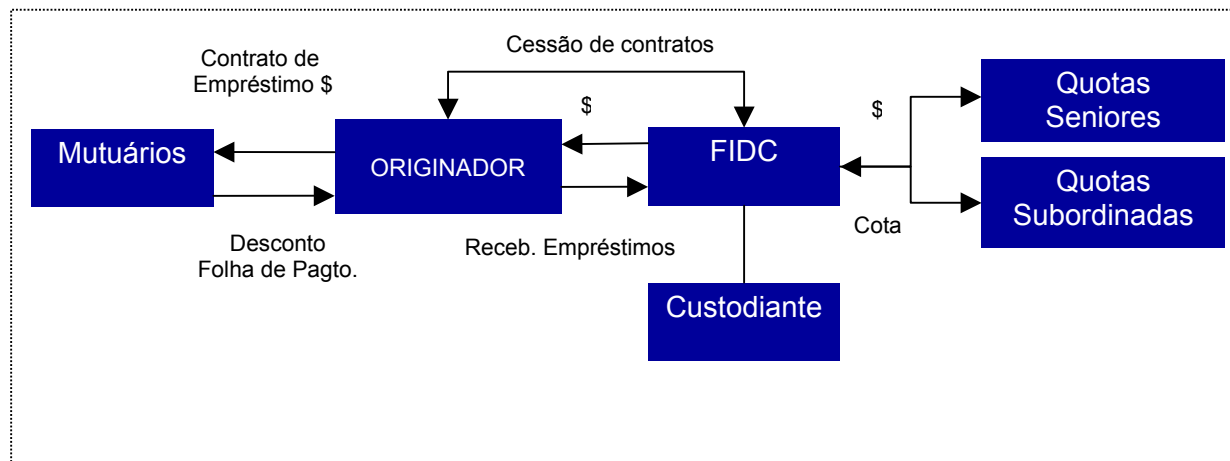
**CONTA PARA APLICAÇÃO**  
BANCO Nº 237  
AGENCIA: 2856  
CONTA CORRENTE 613765-2

**BASE LEGAL:** Resolução CMN n.º 2.907, de 29.11.2001 e Instrução CVM 356

## ORIGEM E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao **FUNDO** são oriundos de operações de titularidade do **CEDENTE** oriundos dos Contratos de Empréstimo, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento.

A origem dos Direitos de Crédito Elegíveis e a formalização de sua cessão ao **FUNDO** observam o seguinte fluxograma:



## PRESTADORES DE SERVIÇOS

<b>CEDENTE DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DISTRIBUIDOR LÍDER</b>	<b>BANCO RURAL S.A.</b> Rua Rio de Janeiro, nº 927, 14º andar Centro – Belo Horizonte – MG – CEP: 30160-041 CNPJ: 33.124.959/0001-98 Tel.: 031 2126-5301 / Fax: 031 21265496 <a href="http://www.bancorural.com.br">www.bancorural.com.br</a>
<b>ADMINISTRADORA</b>	<b>BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.</b> Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara Osasco - São Paulo - CEP: (...) CNPJ: 00.066.670/0001-00 Telefone: 011 3684-4522 / Fax: 011 3684-5645
<b>GESTOR</b>	<b>BER CAPITAL S.A.</b> Rua Pedroso Alvarenga, nº 1221, 1º andar, conjunto 1B, Itaim - São Paulo – SP - CEP 04531-012CNPJ: 04.528.420/0001-04 Telefone: 011 2588 2500 / Fax: 011 2588 2522 <a href="http://www.bercapital.com">www.bercapital.com</a>
<b>CUSTODIANTE</b>	<b>BANCO BRADESCO S.A.</b> Cidade de Deus, Vila Yara Cidade de Osasco – São Paulo – CEP: (...) CNPJ: 60.746.948/0001-12 Telefone: 011 3684-4522 / Fax: 011 3684-5645 <a href="http://www.bradescocustodia.com.br">www.bradescocustodia.com.br</a>
<b>AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO:</b>	<b>Standard &amp; Poor's</b> Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar São Paulo – SP - CEP 05426-100 Telefone: (11) 3039-9700/ Fax: (11) 3039-9701 <a href="http://www.standardandpoors.com.br">www.standardandpoors.com.br</a>
<b>ASSESSORIA JURÍDICA</b>	<b>BARCELLOS, TUCUNDUVA ADVOGADOS</b> Alameda Itu, nº 852, 9º e 10º andares Cerqueira Cesar - São Paulo – SP – CEP: 01421-001 CNPJ: 43.714.203/0001-52 Telefone: (11) 3069-9080 / Fax: (11) 3069-9066 <a href="http://www.btlaw.com.br">http:// www.btlaw.com.br</a>
<b>AUDITORIA:</b>	<b>KPMG AUDITORES INDEPENDENTES</b> Rua Renato Paes de Barros, 33 São Paulo – SP CNPJ: 57.755.217/0001-29 Telefone: (11) 3067-3000



## **CARACTERÍSTICAS DA OFERTA**

A 1ª Série terá prazo de 60 (sessenta) meses, contados da data da primeira integralização de quotas seniores.

A 1ª Série, representativa do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, possui uma Meta de Rentabilidade Prioritária, no médio e longo prazo, da taxa dos Certificado de Depósitos Interbancários ("CDI") de 01 (um) dia - "over extragrupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP acrescida de 1,9% a.a. (um inteiro e nove décimos por cento ao ano).

As quotas subordinadas não terão Meta de Rentabilidade Prioritária definida.

Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA**, do Gestor ou do **CUSTODIANTE** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

Em relação às quotas representativas do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, deve ser observado que:

- (i) serão distribuídas publicamente até 100.000 (cem mil) quotas seniores, com valor unitário inicial de R\$ 1.000,00 (mil reais). O valor mínimo inicial de aplicação no período de distribuição das quotas seniores da 1ª Série é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- (ii) A critério do Distribuidor Líder, atingido o patamar mínimo de distribuição de 20.000 (vinte mil) quotas seniores da 1ª Série, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de quotas do **FUNDO**.
- (iii) A distribuição de quotas do **FUNDO** será liderada e realizada, em regime de melhores esforços, pelo Distribuidor Líder, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto neste Prospecto.
- (iv) As quotas seniores da 1ª Série e as quotas subordinadas do **FUNDO** deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início de distribuição e no boletim de subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição.
- (v) Eventual saldo não colocado de quotas seniores da 1ª Série e de quotas subordinadas poderá ser cancelado antes do respectivo prazo de colocação (de 180 dias contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição) ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação do referido prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.
- (vi) Não há limite máximo de subscrição por investidor.
- (vii) As quotas subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas se a Razão de Garantia for superior a 136% (cento e trinta e seis por cento), nos termos do artigo 44 e do artigo 54 do Regulamento
- (viii) O resgate das quotas seniores ocorrerá no 60º (sexagésimo) mês, contados da data da primeira integralização de quotas seniores.
- (ix) O pagamento das amortizações e/ou resgate deverá ser feito no último dia útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização e/ou resgate. A amortização de quotas subordinadas, quando ocorrer, será efetuada até 1 (um) dia útil após a data em que forem amortizadas as quotas seniores.
- (x) A amortização das quotas subordinadas somente será realizada se o Patrimônio Líquido do **FUNDO** assim o permitir e uma vez verificado pela **ADMINISTRADORA** que a relação entre o valor das quotas subordinadas e o patrimônio líquido do **FUNDO** seja maior que 22% (vinte e dois por cento), ressalvada a hipótese prevista no artigo 54 do Regulamento, e desde que (i) seja realizada após a amortização da totalidade das quotas seniores prevista para aquele período e (ii) seja observada a Razão de Garantia.

As amortizações e resgate das quotas seniores obedecerão ao seguinte cronograma:

meses após a primeira subscrição de cotas seniores	percentual do saldo (*) de cotas seniores a ser amortizado
13	2,0833%
14	2,1277%
15	2,1739%
16	2,2222%
17	2,2727%
18	2,3256%
19	2,3810%
20	2,4390%
21	2,5000%
22	2,5641%
23	2,6316%
24	2,7027%
25	2,7778%
26	2,8571%
27	2,9412%
28	3,0303%
29	3,1250%
30	3,2258%
31	3,3333%
32	3,4483%
33	3,5714%
34	3,7037%
35	3,8462%
36	4,0000%
37	4,1667%
38	4,3478%
39	4,5455%
40	4,7619%
41	5,0000%
42	5,2632%
43	5,5556%
44	5,8824%
45	6,2500%
46	6,6667%
47	7,1429%
48	7,6923%
49	8,3333%
50	9,0909%
51	10,0000%
52	11,1111%
53	12,5000%
54	14,2857%
55	16,6667%
56	20,0000%
57	25,0000%
58	33,3333%
59	50,0000%
60	100,0000%

As cotas seniores serão resgatadas após o pagamento da última parcela de amortização.

Não há cronograma pré-definido de amortização de cotas subordinadas, Entretanto, conforme expresso no Artigo 54 do Regulamento, estas poderão ser amortizadas toda a vez que a razão de garantia exceder 136% (centro e trinta e seis por cento) até o patamar de 128,22% (cento e vinte e oito e vinte e dois centésimos por cento).

O resgate das cotas subordinadas somente poderá ocorrer após a amortização e resgate integral das cotas seniores.

## **PERFIL DO INVESTIDOR**

O investimento no **FUNDO** não é adequado a investidores que necessitem de liquidez, tendo em vista que os fundos de investimento em direitos creditórios encontram pouca liquidez no mercado brasileiro, a despeito da possibilidade de terem quotas negociadas em bolsa ou mercado de balcão organizado. Além disso, o **FUNDO** tem a forma de condomínio fechado, ou seja, não admite a possibilidade de resgate de quotas, salvo pelo prazo de duração da série, ou pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

## **POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA**

Visando atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento.

Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades, o **FUNDO** deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis.

Os Direitos de Crédito Elegíveis a serem cedidos ao **FUNDO** não contam com coobrigação.

A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em Direitos Creditório será necessariamente alocada nos ativos financeiros abaixo relacionados:

- a) moeda corrente;
- b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- c) títulos de emissão do Banco Central do Brasil ("BACEN");
- d) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas "b" e "c" acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e
- e) quotas de fundos de investimento referenciados em Taxa DI cujos ativos componentes de sua carteira sejam exclusivamente títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN.

Considerando a composição da carteira do Fundo e o fato de que o valor das Quotas Seniores será atualizado na forma estabelecida no Artigo 40 do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. Para proteger as posições da carteira detidas à vista, o Gestor poderá realizar operações de derivativos de renda fixa, exclusivamente na modalidade "com garantia", em mercados administrados por bolsas de mercadorias e futuros e no de balcão, neste caso tendo como contraparte as Instituições Autorizadas e desde que tais operações sejam previamente submetidas e aprovadas pela Agência de Classificação de Risco.

Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio.

O **FUNDO** poderá realizar operações em que a **ADMINISTRADORA** e o Gestor atuem como contraparte do **FUNDO**.

As operações compromissadas somente poderão ser celebradas tendo como contraparte Instituições Autorizadas.

É vedada a aquisição de Ativos Financeiros de emissão e/ou coobrigação do Cedente, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

A **ADMINISTRADORA**, respeitado o disposto nesta Seção, poderá livremente contratar quaisquer operações para a composição da carteira do **FUNDO**, nas quais a própria **ADMINISTRADORA**, seu controlador, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, coligadas e/ou subsidiárias ou outras sociedades sob controle comum atuem na condição de contraparte, observado o limite de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO**.

## **CONDIÇÕES DE CESSÃO**

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo **FUNDO** devem atender cumulativamente às seguintes Condições de Cessão:

- a) os Direitos de Crédito devem ser representados por Cédulas de Crédito Bancário ou Contratos de Mútuo que tenham como devedores os Mutuários;

b) as Cédulas de Crédito Bancário e/ou Contratos de Mútuo que representam os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de Convênios celebrados entre o Cedente e os Consignantes relacionados no Anexo IV do Contrato de Cessão, que autorizem o pagamento dos Direitos de Crédito por meio de consignação diretamente nos vencimentos, pensões, aposentadorias ou outros proventos de titularidade dos Mutuários, devidos mensalmente pelo Consignante;

c) com base na legislação aplicável, inclusive na esfera de competência do Consignante, somente poderão ser adquiridos Direitos de Crédito cuja autorização para consignação em folha de pagamento não possa ser cancelada sem a aprovação do credor do Direito de Crédito;

(d) os Direitos de Crédito que não possuírem averbação eletrônica pelo Consignante deverão ter ao menos uma parcela paga, com exceção daqueles em que o Consignante confirme a reserva de margem consignável por escrito; e

(e) Os pagamentos dos Direitos de Crédito relativos a, no mínimo, 80% (oitenta) por cento da totalidade dos Convênios deverá ser efetuado nas Contas Vinculadas.

As Condições da Cessão serão verificadas pelo Cedente e avaliadas pelo Gestor mediante declaração formal e por escrito do Cedente de que os Direitos de Crédito ofertados atendem integralmente às Condições de Cessão.

### **CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

Os Critérios de Elegibilidade serão verificados e validados pelo **CUSTODIANTE** antes da formalização de cada cessão.

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo **FUNDO** devem, ainda, obedecer, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

a) os Direitos de Crédito devem ser decorrentes de empréstimos concedidos exclusivamente pelo Cedente;

b) os Direitos de Crédito devem ser vinculados a Consignantes que não estejam inadimplentes em repasses de parcelas de Direitos de Crédito de titularidade do Fundo igual a superior a 5% (cinco por cento) em relação ao somatório dos Direitos de Créditos de titularidade do Fundo vinculados ao respectivo Consignante, por mais de 60 (sessenta) dias, na data da respectiva cessão;

c) um mesmo Mutuário, devedor de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não pode estar em dívida para com o Fundo em valor superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais);

d) os Direitos de Crédito devem ser vinculados a Mutuários que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos de Crédito vencidos e não pagos ao Fundo;

e) o prazo de vencimento dos Direitos de Crédito, assim considerada cada parcela das Cédulas de Crédito Bancário ou Contratos de Mútuo, não poderá ser superior à Data de Resgate da última série de Quotas Seniores em Circulação;

f) a idade de Mutuários cujo Consignante seja o INSS, à época da cessão, não poderá ser inferior a 21 (vinte e um) anos e nem superior a 80 (oitenta) anos;

g) a idade dos Mutuários, com exceção daqueles indicados no item (f) acima, à época da cessão, não poderá ser inferior a 18 (dezoito) anos e nem superior a 80 (oitenta) anos;

h) os Direitos de Crédito relativos aos empréstimos concedidos em virtude de Convênios com Consignantes Verificáveis somente poderão ser adquiridos pelo Fundo após prévia verificação por parte da Administradora ou do Custodiante da exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Cedente: (i) ocorrência da averbação da consignação em folha; (ii) identificação do Mutuário; e (iii) confirmação de que o Mutuário é servidor público (ou Aposentado ou Pensionista, no caso de Direitos de Crédito cujo Consignante seja o INSS); sendo que essa verificação será feita a partir de informações provenientes dos respectivos Consignantes (ou da DATAPREV, no caso de Direitos de Crédito cujo Consignante seja o INSS); e

i) Os Consignantes deverão ser previamente cadastrados pelo Custodiante e deverão constar expressamente do Anexo II do Contrato de Cessão.

Na hipótese de o Direito Creditório perder qualquer condição de cessão ou critério de elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra o **CUSTODIANTE**, a **ADMINISTRADORA** ou o Gestor, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

O **CEDEnte** será responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios que comporão a carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro. O **CUSTODIANTE**, a **ADMINISTRADORA** e o Gestor não respondem pela solvência, originação, existência, liquidez ou certeza dos Direitos de Crédito cedidos ao **FUNDO**.

A cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretratável, com a transferência para o **FUNDO**, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o **CEDENTE**, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), benefícios, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas, seguros e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos, bem como de todos os riscos inerentes aos Direitos de Crédito, sem qualquer tipo de garantia ou co-obrigação do **CEDENTE**. Desta forma, o **CEDENTE** não será e não poderá ser responsabilizado pela solvência e adimplência dos Direitos de Crédito.

O **CUSTODIANTE**, a **ADMINISTRADORA** e o **GESTOR** não respondem pela solvência, originação, existência, liquidez ou certeza dos Direitos de Crédito cedidos ao **FUNDO**.

O Fundo poderá alienar a terceiros Direitos de Crédito adimplentes, desde que o valor de venda seja igual ou superior ao valor contabilizado em seu ativo. O Fundo poderá também substituir Direitos de Crédito por outros de maior e melhor liquidez, a critério do Gestor, desde que o valor do Direito de Crédito que irá substituir o antigo seja igual ou superior ao valor contabilizado do antigo Direito de Crédito. Em período de liquidação do Fundo, tais alienações dependerão de aprovação prévia da Assembléia Geral de Quotistas.

Os Direitos de Crédito inadimplidos poderão ser alienados a terceiros, com deságio desde que tal alienação ocorra, no mínimo, por seu valor contábil. Tal alienação não poderá ser realizada à Administradora, ao Custodiante e ao Gestor, observando-se que a Agência de Classificação de Risco deverá ser avisada posteriormente. Em período de liquidação do Fundo, tais alienações dependerão de aprovação prévia da Assembléia Geral de Quotistas.

Nos termos do Contrato de Cessão, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, o Cedente poderá adquirir qualquer Direito de Crédito de titularidade do Fundo, por meio de simples notificação por escrito à Administradora e ao Gestor, mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional, pelo respectivo Preço de Aquisição, atualizado pela Taxa de Desconto aplicada na operação de aquisição do referido Direito de Crédito pelo Fundo. Verificada que a recompra poderá impactar negativamente de qualquer forma a carteira do Fundo, o Gestor ou a Administradora poderão suspender a recompra pelo prazo necessário para a regularização do Fundo.

O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo que estejam inadimplidos, os quais poderão ser adquiridos pelo Cedente independentemente da prévia aprovação da Administradora ou do Gestor, por meio de simples notificação por escrito a estes com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que a aquisição deva ser concretizada, mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional, pelo respectivo Preço de Aquisição, atualizado pela Taxa de Desconto aplicada na aquisição de tal Direito de Crédito inadimplido pelo Fundo. Caso a recompra de que trata este parágrafo seja realizada após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de vencimento do Direito de Crédito inadimplido, o Cedente poderá adquirir o referido Direito de Crédito por R\$ 1,00 (um real).

O Cedente não tem por premissa a prática habitual da modalidade de recompra de contratos de empréstimos inadimplentes, com o objetivo de manter o índice de inadimplência em patamares aceitáveis. A inadimplência apresentada nas carteiras dos FIDC's é ostensivamente combatida por política de cobrança ativa, descrita no Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança firmado entre o FIDC Portfólio II e o Cedente. Entretanto nos casos onde o Ente Consignante apropria-se indevidamente dos recursos decorrentes dos empréstimos concedidos, o Cedente tem por prática a aquisição integral dos direitos creditórios cedidos a terceiros, a inabilitação deste Ente Consignante para novas operações de empréstimo e o início do processo de cobrança.

Seguem valores recomprados por fundo no ano de 2009 e percentuais em relação ao Patrimônio:

FUNDO	ORGÃO	TOTAL AQUISIÇÃO	% DO PL
FIDC RURAL CONSIGNADOS	120050 - GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	534.890,83	0,08%
	191670 - CLUBE DOS EMPREGADOS DA PETROS	989.081,70	0,21%
FIDC RURAL CONSIGNADOS Total		1.523.972,53	0,14%
FIDC CONSIGNADOS JP MORGAN I	120050 - GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	1.862.926,54	0,28%
	191670 - CLUBE DOS EMPREGADOS DA PETROS	1.448.742,33	0,29%
FIDC CONSIGNADOS JP MORGAN I Total		3.311.668,87	0,28%
FIDC FVIII – MULTISEGMENTOS	121084 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TRACUATEUA	512.711,01	0,48%
	121079 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPANIM	492.086,58	0,46%
FIDC FVIII – MULTISEGMENTOS Total		1.004.797,59	0,47%
CRÉDITO CONSIGNADO PRIVADO I	120050 - GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	1.344.296,54	0,75%

CRÉDITO CONSIGNADO PRIVADO I		
Total	1.344.296,54	0,75%
Total geral	7.184.735,53	0,27%

A cessão de Direitos de Crédito pelo Fundo, inclusive nos casos de utilização desta forma para o pagamento dos haveres dos Quotistas, nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável à espécie, será feita em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.

Excetuando-se as hipóteses de alienação e substituição dos Direitos de Crédito dispostas nos parágrafos acima, não haverá acréscimos ou remoções dos Direitos de Crédito adimplentes ou dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

As operações de alienação dos Direitos de Crédito se darão a preços de mercado.

### **LIMITES DE CONCENTRAÇÃO**

O **FUNDO** observará os seguintes limites de concentração para aquisição de Direitos de Crédito (os “Limites de Concentração”):

- (a) até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser representado por Direitos de Crédito provenientes de Consignantes integrantes da administração direta e indireta federal, sendo que cada um desses Consignantes, individualmente, não poderá ter uma concentração superior a 15% (quinze por cento), exceto quando se tratar do INSS.
- (b) Máximo de 90% da carteira de direitos creditórios será proveniente de Consignantes integrantes da administração direta e indireta estadual e municipal quando considerados em conjunto.
- (c) Máximo de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio Líquido em Direitos de Crédito provenientes de Consignantes integrantes da administração direta e indireta municipal.
- (d) Máximo de 60% do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito provenientes de Consignantes integrantes da administração direta e indireta federal, estadual e municipal que não sejam averbados eletronicamente.
- (e) cada Consignante integrante da administração direta e indireta estadual ou municipal não poderá ter, individualmente, uma concentração superior aos seguintes percentuais:
  - Administração Estadual:
    - Estados da região Sudeste, Centro-Oeste e Santa Catarina: até 10% (dez por cento);
    - Demais Estados: máximo de 5% (cinco por cento) de concentração por estado;
    - Os 5 (cinco) maiores Estados não deverão ter concentração superior a 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**;
  - Administração Municipal:
    - Capitais dos estados da região Sudeste, Centro-Oeste e município de Florianópolis: até 5% (cinco por cento) de concentração por município;
    - Demais municípios: máximo de 2,5% (dois e meio por cento) de concentração por município;
    - Os 5 (cinco) maiores municípios não deverão ter concentração superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**;
- (f) até 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito provenientes do INSS;
- (g) até 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito provenientes de Novo Consignante, quando originário da esfera federal, considerado individualmente;
- (h) até 0,5% (cinquenta centésimos por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito provenientes de Novo Consignante, quando originário da esfera estadual ou municipal, considerado individualmente;

A Administradora, o Gestor e o Cedente poderão deliberar, em conjunto e a seu exclusivo critério, a inclusão de novos Consignantes na lista de Consignantes constante do Anexo II ao Contrato de Cessão (cada um, um “Novo Consignante”), desde que sejam observados os seguintes procedimentos:

- (a) seja entregue à Administradora cópia autenticada do respectivo Convênio;
- (b) tenha sido apresentado à Administradora parecer legal preparado por escritório de advocacia definido de comum acordo entre a Administradora, o Gestor e o Cedente, cujo conteúdo seja considerado satisfatório pela Administradora e pelo Gestor, atestando, entre outros elementos

considerados relevantes pela Administradora, a possibilidade de cessão dos Direitos de Crédito e que o respectivo Convênio não contém avença permitindo ao Mutuário exigir, unilateralmente, do Consignante, a interrupção dos procedimentos de consignação das Cédulas de Crédito Bancário ou Contratos de Mútuo; e

- (c) o nome do Consignante seja incorporado à Lista de Consignantes constante do Anexo II ao Contrato de Cessão, mediante a celebração de aditamento ao Contrato de Cessão, e o referido aditamento seja registrado no competente cartório de registro de títulos e documentos.

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito devidos por Mutuários vinculados ao Novo Consignante depois de transcorrido o prazo de 1 (um) Dia Útil, contado da data do registro do correspondente aditamento ao Contrato de Cessão no competente cartório de registro de títulos e documentos.

Para que continue a figurar na Lista de Consignantes, a média móvel de 03 (três) meses de inadimplência dos Direitos de Crédito vinculados ao Novo Consignante não poderá ser superior a 3,5% (três e meio por cento) durante 14 (catorze) meses após sua inclusão na Lista de Consignantes.

Caso o Novo Consignante, após 420 dias não possua inadimplência superior a 5% (cinco por cento), o referido Novo Consignante será automaticamente identificado como Consignante regular. Nesta hipótese, a Administradora passará a observar os limites de concentração previstos nos itens (a) até (e) acima, conforme o caso, com relação ao referido Consignante.

Nenhum Direito de Crédito a ser adquirido pelo Fundo poderá ter como devedor Mutuário vinculado ao Consignante cuja lei, decreto, portaria, convênio ou outro instrumento que autoriza a consignação em folha de pagamento (conjuntamente, os "Documentos da Consignação") permita ao Consignante suspender ou cancelar unilateralmente consignações referentes a empréstimos já concedidos quando da rescisão ou revogação, por qualquer motivo, dos Documentos da Consignação.

A Administradora poderá vedar novas cessões de Consignantes, caso os correspondentes Documentos da Consignação passem a permitir ao Consignante suspender ou cancelar unilateralmente consignações referentes a empréstimos já concedidos. Neste caso, a aquisição de Direitos de Crédito vinculados a tais Consignantes ficará vedada, sem prejuízo dos Direitos de Crédito já cedidos ao Fundo.

## **POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS**

Os seguintes procedimentos deverão ser observados pelo **CEDENTE** na concessão de créditos que venham a ser, de tempos em tempos, oferecidos ao **FUNDO**:

- (a) os empréstimos somente podem ser concedidos para determinado Mutuário se as parcelas de pagamentos do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus vencimentos, observados os limites máximos de consignação estabelecidos nos Convênios, nas leis e regulamentos aplicáveis;
- (b) observado o disposto na alínea (a) acima, o percentual da consignação de proventos mensais do Mutuário, para pagamento dos Direitos de Crédito, não deverá ser superior a 30% (trinta por cento) do total dos proventos mensais disponíveis para consignação;
- (c) cada Cédula de Crédito Bancário ou Contrato de Mútuo deverá ter valor de empréstimo de, no mínimo, R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), e, no máximo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais), exceto no caso de Cédulas de Crédito Bancário ou Contratos de Mútuo vinculados aos Consignantes da administração direta e indireta federal e Tribunais de Justiça, cujo limite será de R\$200.000,00 (duzentos mil reais); e
- (d) o prazo de vencimento final das Cédulas de Crédito Bancário ou Contrato de Mútuo deverá ser de no mínimo 6 (seis) meses e no máximo 84 (oitenta e quatro) meses.

Observados os termos e as condições da legislação aplicável, dos Convênios e do Contrato de Depositário, os Consignantes repassarão a totalidade dos valores consignados dos Mutuários, relativos a Direitos de Crédito de titularidade do **FUNDO**, do **CEDENTE** e de outros cessionários, por meio de depósito único nas Contas Vinculadas, na forma do Contrato de Cessão e do Contrato de Depositário.

Observado o aqui disposto e no Contrato de Depositário, o Depositário deverá proceder à conciliação dos valores recebidos nas Contas Vinculadas, de forma a identificar quais Direitos de Crédito foram liquidados com as referidas verbas e quais valores pertencem efetivamente ao **FUNDO**, ao **CEDENTE** ou a qualquer outro cessionário. O Depositário deverá transferir para a Conta do Fundo, em até 05 (cinco) Dias Úteis da data do seu respectivo recebimento, os valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo repassados pelos Consignantes para as Contas Vinculadas, nos termos dos Convênios.



O **CEDENTE** transferirá ao **FUNDO** os valores referentes à liquidação antecipada dos Direitos de Crédito por parte dos Mutuários em até 03 (três) Dias Úteis, contados do recebimento de tais valores, sem prejuízo dos ajustes referentes à liquidação antecipada previstos no Contrato de Cessão.

Além das disposições acima, a cobrança dos Consignantes será realizada conforme o seguinte procedimento:

- (i) Se a causa da inadimplência é a morte do Mutuário, busca-se cobrar o valor correspondente ao seguro, caso exista.
- (ii) Parcela não consignada por erro detectado pelo Cedente:
  - a) Cedente providencia o dossiê do Mutuário;
  - b) Identifica a natureza do erro, através de análise do dossiê em poder do Cedente;
  - c) Se, para correção do erro, for necessário confirmar informações e dados com o Mutuário, é realizado contato com o respectivo Mutuário;
  - d) Se o erro detectado independe do procedimento do Cedente ou do Mutuário, é realizado contato com os Consignantes para verificar a natureza do erro e providenciar sua correção.
  - e) Sanado o erro, a consignação é efetivada junto aos Consignantes.
  - f) Os procedimentos acima serão concluídos no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data em que o pagamento deveria ter ocorrido.
- (iii) Não sendo possível sanar o erro, o Contrato de Mútuo é classificado como inadimplente, adotando-se os seguintes procedimentos:
  - a) Durante um prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se pode confirmar o inadimplemento, é realizado contato com o Mutuário, por telefone, propondo acordo para pagar a(s) parcela(s) vencida(s), através de boleto bancários ou mediante a elaboração de um novo Contrato de Mútuo e respectivos anexos, com valor de consignação adequado às normas legais;
  - b) Se não conseguido contato telefônico com o Mutuário no prazo acima, é emitida carta solicitando o comparecimento do Mutuário a uma das agências do Cedente, para regularizar a situação do empréstimo e/ou de outra operação;
  - c) A resposta do Mutuário é aguardada por 15 (quinze) dias, contados da data da sua emissão;
  - d) Se, após este prazo, o Mutuário não comparecer para regularizar a situação, será providenciado seu cadastramento junto ao SERASA e SPC;
  - e) Se, após esse ato, o Mutuário fizer algum acordo com o Cedente para pagamento de suas dívidas, é providenciada a imediata retirada do seu nome do SERASA e do SPC.

Na hipótese de os Consignantes repassarem, o **CEDENTE** deverá transferir tais valores para a conta de titularidade do **FUNDO** em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis contados da data de seus respectivos recebimentos.

O **CEDENTE** será responsável, nos termos do Contrato de Cobrança, pela implementação dos procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito cujos Mutuários estejam inadimplentes, na qualidade de mandatário do Fundo e prestador de serviços especialmente contratado pelo **CUSTODIANTE**, com anuência expressa do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança, e de acordo com a Política de Cobrança aqui descrita.

#### **PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO ELEGÍVEIS**

Pela aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis identificados no Contrato de Cessão, o **FUNDO** pagará à vista ao **CEDENTE**, em moeda corrente nacional, na Data de Aquisição e Pagamento, o valor certo e ajustado, apurado da seguinte forma ("Preço de Aquisição"):

$$PA = \frac{VN}{\left\{ \left[ \left( \frac{DI_f}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right] \times \left[ (1,06)^{\frac{1}{252}} \right] \right\}^N}$$

onde

PA = Preço de Aquisição de cada Direito Creditório.

VN = valor nominal de cada Direito Creditório.

- Dlf = corresponde à taxa de juros prefixada no período de 6 meses, referenciada pela curva de futuros da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F, e expressa em base 252 dias úteis. Exemplo Se Taxa DI futura for 10,50%, então Dlf = 10,50.
- N = número de Dias Úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

A taxa mínima de cessão, na data de elaboração deste prospecto é a taxa do CDI acrescida de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

As negociações para a aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis serão realizadas a taxas de mercado.

## **FATORES DE RISCO**

A carteira do **FUNDO**, e, por consequência, seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais destacamos, de forma não taxativa, os abaixo relacionados. Antes de adquirir Quotas, o investidor deve ler cuidadosamente este Capítulo. Não obstante a diligência da Administradora e do Gestor em colocar em prática a Política de Investimento delineada neste Regulamento, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Quotista. A realização de operações no mercado de derivativos pelo **FUNDO** poderá acarretar variações no seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Além disso, a realização de tais operações, bem como a implementação de outras estratégias de investimento, poderão fazer com que o **FUNDO** apresente Patrimônio Líquido negativo, caso em que os Quotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais de recursos, de forma a possibilitar que o **FUNDO** satisfaça suas obrigações.

Os recursos que constam da carteira do **FUNDO** e os Quotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos:

- (i) **Risco de Crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas;
- (ii) **Risco de Liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o Gestor poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar o Gestor a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos quotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- (iii) **Risco de Derivativos:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do **FUNDO**, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos quotistas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**.
- (iv) **Risco de Exposição do Patrimônio Líquido do FUNDO em Derivativos e em Operações Compromissadas:** Nos termos da Política de Investimento do Regulamento, o **FUNDO** pode aplicar até 49% de seu Patrimônio Líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente para proteção de posições à vista e em operações compromissadas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza tais operações exclusivamente para proteção, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**. Outrossim, a realização de operações compromissadas pode, em cenários extremos, acarretar perdas para o **FUNDO** e, conseqüentemente, para os quotistas. **ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS.**
- (v) **Risco de Mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações

políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das quotas e perdas aos quotistas.

- (vi) **Risco de Concentração:** O GESTOR buscará diversificar a carteira do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do **FUNDO** em um único emissor de títulos, ou em Direitos de Crédito cujo devedor seja um único Mutuário, maior será a vulnerabilidade do **FUNDO** em relação ao risco de crédito desse emissor ou Mutuário.
- (vii) **Risco de Concentração em um Único Cedente:** Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão cedidos exclusivamente pelo **CEDEnte**. A aquisição de Direitos de Crédito originados exclusivamente pelo **CEDEnte** pode comprometer a continuidade do **FUNDO**, em função da não continuidade da concessão de Contratos de Empréstimo pelo **CEDEnte** aos Mutuários e da capacidade deste originar Direitos de Crédito.
- (viii) **Risco de Descasamento:** Os Direitos de Crédito componentes da carteira do **FUNDO** são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as quotas tem como parâmetro a Taxa DI. Por esta razão, o Gestor, sempre que possível, contratará operações de *swap* de taxas pré-fixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de o Gestor não conseguir contratar tais operações de *swap* ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a Taxa DI se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as quotas, inclusive seniores.
- (ix) **Riscos Associados aos Mutuários:** Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão descontados pelo Consignante dos vencimentos do Mutuário. Assim, caso o Mutuário se desligue do cargo ou função, tal desconto poderá ser dificultado, tendo em vista a existência de um limite máximo de desconto estabelecido para estas hipóteses. Ademais, a capacidade de pagamento do Mutuário poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, estes forem obrigados a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação ao empréstimo para fins de desconto em folha de pagamento, ou, também por força de decisão judicial, de qualquer outro encargo que tenha preferência em relação ao empréstimo para fins de consignação em folha de pagamento. Ainda, a morte do Mutuário interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo “de cujus”, que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Mutuário pode ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes do empréstimo contraído (salvo nas hipóteses em que os Direitos de Crédito contem com a cobertura de seguro Prestamista), o que pode afetar a rentabilidade do **FUNDO**;
- (x) **Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial:** Em se verificando a inadimplência do Mutuário nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao **FUNDO**, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Fica registrado ainda que existe a possibilidade de falta de pagamento dos montantes referentes aos créditos que compõem a carteira do **FUNDO** em virtude da não ocorrência do repasse pelo Consignante ou pela instituição conveniada com os mesmos. Não há, contudo, garantias de que, em qualquer dessas hipóteses anteriores, referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o **FUNDO** recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao **FUNDO**.
- (xi) **Risco dos Consignantes:** Os empréstimos contraídos pelos Mutuários são pagos por meio de desconto em folha realizado pelo Consignante a que o Mutuário é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou o não pagamento dos vencimentos dos Mutuários. É possível também a ocorrência de atrasos ou o não repasse do montante desses vencimentos por parte do Consignante ou da instituição conveniada com o Consignante para esse fim. Nestas hipóteses, a carteira do **FUNDO** pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos Direitos de Crédito.
- (xii) **Risco de Sistemas:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos e o repasse ao credor dos Direitos de Crédito são processados por sistema de controle do banco oficial do Consignante, ou de instituição conveniada com o Consignante para esse fim, não tendo o Gestor controle sobre tais processamentos. Assim, qualquer falha ou alteração nestes sistemas pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Mutuários ou o seu repasse ao **FUNDO**. Nesta hipótese, a rentabilidade e o patrimônio do **FUNDO** podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.
- (xiii) **Risco de Sobrecarga do Sistema do Consignante:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos e o repasse ao credor dos Direitos de Crédito são processados por sistema de controle dos respectivos Consignantes, não tendo o Gestor controle sobre tal processamento. Assim, em razão do crescente aumento do número desses empréstimos com descontos em folha, qualquer falha, alteração, ou defeito ainda não acusado no sistema dos respectivos Consignantes pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Mutuários, ou o

seu repasse ao **FUNDO**. Hipótese em que também a rentabilidade e o patrimônio do **FUNDO** podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.

- (xiv) **Risco Operacional dos Consignantes:** Os empréstimos contraídos pelos Mutuários são pagos por meio de desconto em folha realizado pelo Consignante a que o Mutuário é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou não pagamento dos vencimentos dos Mutuários. Nesta hipótese, a carteira do **FUNDO** pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos Direitos de Crédito.
- (xv) **Risco do Convênio:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos concedidos aos Mutuários é viabilizado por convênios celebrados entre o Cedente e os Consignantes. As partes devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. Além disso, alterações normativas, alheias ao controle dos conveniados podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do acordo. Havendo o rompimento do convênio, e mesmo que todos os convênios relacionados aos Direitos de Crédito que podem ser adquiridos pelo **FUNDO** contenham cláusula obrigatoriedade de manutenção dos repasses por parte dos Consignantes, a sistemática de cobrança dos Direitos de Crédito (desconto em folha de pagamento) poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem levar a perdas patrimoniais para o **FUNDO**, na medida em que este deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos direitos creditórios. Adicionalmente, o rompimento do convênio restringe as origens de direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO**, o que lhe pode ser prejudicial.
- (xvi) **Falhas de Procedimentos.** Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pelo Cedente podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua cobrança, em caso de inadimplemento.
- (xvii) **Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do FUNDO.** Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao **FUNDO** serão recebidos diretamente nas Contas Vinculadas. Os valores depositados nas Contas Vinculadas serão transferidos em até 05 (cinco) Dias Úteis para a Conta do **FUNDO** pelo Depositário. Apesar de o Depositário se obrigar a realizar as transferências dos recursos depositados nas Contas Vinculadas para a Conta do **FUNDO**, por conta e ordem do Cedente, nos termos do Convênio de Cobrança, caso haja inadimplemento do Depositário no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do **FUNDO**, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao **FUNDO** e aos Quotistas. Não há garantia de cumprimento pelo Depositário de suas obrigações acima destacadas. Ademais, como o **FUNDO** não é parte do Convênio de Cobrança, não poderá demandar diretamente do Depositário o cumprimento das suas obrigações assumidas no âmbito do Convênio de Cobrança. A transferência dos recursos das Contas Vinculadas para a Conta do **FUNDO** será realizada pelo Depositário exclusivamente de acordo com as informações prestadas pelo Cedente em decorrência das informações recepcionadas dos Consignantes, e pelo Cedente repassadas ao Depositário. Caso os Consignantes ou o Cedente prestem informações incorretas ou imprecisas ao Depositário e ao Custodiante, poderá ocorrer a transferência incorreta de valores à Conta do **FUNDO**, o que poderá acarretar prejuízo ao **FUNDO** e aos Quotistas. Nos casos de liquidação antecipada das Cédulas de Crédito Bancário ou Contratos de Mútuo pelos respectivos Mutuários, os pagamentos poderão ser efetuados diretamente junto ao Cedente, que receberá tais valores na qualidade de depositário, em benefício do **FUNDO**, com a obrigação de repassar imediatamente os valores para a Conta do **FUNDO**. Caso haja qualquer problema de crédito do Cedente, tal como intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o **FUNDO** poderá não receber os pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores. Além disso, caso seja iniciado processo de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outro procedimento similar de proteção de credores envolvendo o Cedente, os valores de tempos em tempos depositados nas Contas Vinculadas poderão ser bloqueados, por medida judicial ou administrativa, o que poderá acarretar prejuízo ao **FUNDO** e aos Quotistas. Ademais, em caso de alteração das Contas Vinculadas ou da Conta do **FUNDO**, ou de substituição do Depositário ou do Custodiante, os Consignantes serão notificados e solicitados a realizar os repasses de pagamentos dos Direitos de Crédito para uma nova conta indicada pela **ADMINISTRADORA** ao Cedente. Não há garantia de que os Consignantes efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob controle da **ADMINISTRADORA**, ou de terceiro contratado como Depositário ou Custodiante, o Cedente ou quaisquer terceiros serão obrigados a restituir ao **FUNDO** os valores referentes a tais pagamentos. Não há garantia de que o Cedente ou quaisquer terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o **FUNDO** poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

- (xviii) **Riscos de Exeçibilidade das Cédulas de Crédito Bancário:** A Cédula de Crédito Bancário é um título de crédito criado pela Lei Federal nº 10.931 de 02 de agosto de 2004. De acordo com esta Lei, a Cédula de Crédito Bancário é um título executivo extrajudicial. Assim sendo, a execução das obrigações nela estipuladas em caso de inadimplemento do Mutuário é mais célere. Entretanto, verifica-se atualmente uma série de questionamentos judiciais e de decisões de tribunais de justiça estaduais no sentido de que a Cédula de Crédito Bancário não possui força executiva, sob a alegação de que a lei que a criou não obedeceu aos requisitos e preceitos de forma estabelecidos na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Assim, por infringir norma de hierarquia superior, as disposições estabelecidas na Lei 10.931/04 não seriam válidas. Neste caso, a Cédula de Crédito Bancário não poderia ser considerada título executivo extrajudicial e, portanto, sua exeçibilidade estaria comprometida. Como o **FUNDO**, de acordo com sua política de investimento, pode adquirir Direitos de Crédito representados por Cédulas de Crédito Bancário, há o risco da exeçibilidade das mesmas ser judicialmente contestada, dificultando a cobrança e o recebimento dos valores decorrentes de Direitos de Crédito Inadimplidos representados por Cédulas de Crédito Bancário.
- (xix) **Risco de Suspensão e de Invalidação do Fluxo de Cessão dos Direitos de Crédito ao FUNDO:** Há o risco de que os Ministérios da Previdência Social, da Fazenda e da Justiça determinem a suspensão da contratação de empréstimos com consignação em folha de pagamento. Há, ainda, o risco de que decisões judiciais e/ou administrativas tornem, por qualquer motivo, ineficazes as contratações, com os Mutuários, dos Direitos de Crédito já cedidos ao **FUNDO**, prejudicando as cessões de créditos já realizadas. Há, também, o risco de que decisões judiciais e/ou administrativas proíbam a contratação de novos Direitos de Crédito junto aos Mutuários. Em todas essas hipóteses há, por fim, o risco de que o Cedente não disponha de novos Direitos de Crédito em volume suficiente para dar prosseguimento às metas do **FUNDO**.
- (xx) **Risco de Cobrança Bancária:** O Cedente é também o agente cobrador dos Direitos de Crédito cedidos ao **FUNDO** e os recursos transitam por uma conta de titularidade do Cedente no período compreendido entre o pagamento e o repasse ao **CUSTODIANTE**, para sua conseqüente compensação. Caso o Cedente sofra qualquer processo de intervenção, liquidação, falência ou evento assemelhado, tais recursos poderão ficar indisponíveis e, conseqüentemente, resultar em perda ao **FUNDO**, ocasionando, por sua vez, variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, que pode levar a uma redução de seu Patrimônio Líquido.
- (xxi) **Riscos do Mercado Secundário:** O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado. Assim, o resgate das quotas seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas quotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de quotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.
- (xxii) **Risco de Resgate das Quotas Seniores em Direitos de Crédito:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as Quotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito. Nessas hipóteses, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos de Crédito recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos Mutuários;
- (xxiii) **Risco de Atraso no Pagamento das Amortizações e/ou Resgate:** Poderá haver atraso no pagamento das amortizações e/ou dos resgates, uma vez que os Direitos de Crédito são classificados no ativo do **FUNDO** como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.
- (xxiv) **Risco de irregularidades na documentação comprobatória dos Direitos de Crédito:** O **CUSTODIANTE** realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos do Crédito por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos de Crédito ao **FUNDO**, a carteira do **FUNDO** poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo **FUNDO** das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito. O **CEDEnte** será responsável pela guarda dos Documentos Representativos de Crédito, na qualidade de fiel depositário dos mesmos. Neste caso o **CEDEnte** tem a obrigação de permitir ao **CUSTODIANTE**, ao **GESTOR** e à **ADMINISTRADORA** ou a terceiros por eles indicados livre acesso à referida documentação. Todavia, e independentemente da responsabilidade atribuída ao **CEDEnte**, a eventual guarda de tais documentos por terceiro contratado pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao **FUNDO**.
- (xxv) **Ausência de Notificação aos Consignantes e aos Mutuários:** A cessão de crédito estabelecida no Contrato de Cessão não foi objeto de notificação prévia aos Consignantes, contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores da consignação diretamente ao **FUNDO**. Na

hipótese de extinção ou rescisão de qualquer dos Convênios ou descumprimento pelos Consignantes de suas obrigações relativas ao repasse dos valores consignados, os Consignantes não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos de Crédito cedidos diretamente ao **FUNDO**. Tal evento poderá resultar em perda, por parte dos Quotistas, do valor principal de suas aplicações. Além disso, a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo não será notificada previamente aos Mutuários. Ao **CUSTODIANTE** não é imputada qualquer responsabilidade pelo não repasse por parte do **CEDENTE** dos créditos recebidos dos Mutuários, seja em momento pré ou pós a notificação, e o **FUNDO**, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Mutuários, os Direitos de Crédito relativos aos Mutuários não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do **FUNDO**.

- (xxvi) **Risco Específico do Cedente** – Existência de outros fundos de investimentos em direitos creditórios registrados na CVM – Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empréstimo Consignados (encerramento em março de 2013); Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FVIII – Multisegmentos (encerramento em março de 2012); Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Consignados JP Morgan (encerramento em agosto de 2010); Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Consignados Rural Consignados (encerramento em julho de 2010). Contudo, o Cedente não oferece garantias quanto à quantidade ou percentual de Direitos de Crédito de sua originação que deverá ser destinada para cada fundo em particular ou qualquer forma de prioridade ou preferência de cessão de Direitos de Crédito entre os fundos em que figura como cedente. Em caso de diminuição da originação de Direitos de Crédito pelo Cedente, não há garantias de que este possuirá Direitos de Crédito em montante suficiente para oferecer a cessão a todos os fundos de investimento ou mesmo em atendimento a eventuais acordos celebrados com outras instituições financeiras para aquisição de Direitos de Crédito. Assim, poderá haver insuficiência de Direitos de Crédito disponíveis para aquisição pelo **FUNDO**, o que afetará seus resultados e colocará em risco sua continuidade, podendo ocorrer a liquidação do **FUNDO**. Mesmo nessa situação, não será observado nenhum tipo de prioridade ou preferência na cessão de Direitos de Crédito, tanto para o Fundo quanto para quaisquer outros fundos de investimento em direitos creditórios que tenham por objeto a aquisição de Direitos de Crédito do Cedente.
- (xxvii) **Risco de Descontinuidade:** A consecução da Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores dependerá da regular e contínua performance dos direitos e obrigações inerentes aos Direitos de Crédito. Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, os titulares das Quotas Seniores terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no **FUNDO** com a mesma remuneração até então proporcionada, não sendo devida, entretanto, pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA**, pelo Gestor ou pelo **CUSTODIANTE**, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência deste fato.
- (xxviii) **Risco de Descontinuidade do FUNDO em Razão da Indisponibilidade de Direitos de Crédito:** A política de investimento do **FUNDO** estabelece que o **FUNDO** deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do **FUNDO** pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no **FUNDO**, em função da continuidade das operações regulares do **CEDENTE** e da capacidade deste de originar Direitos de Crédito para aquisição pelo **FUNDO**.
- (xxix) **Risco de Descontinuidade do Processo de Substituição dos Direitos de Crédito:** O **FUNDO** poderá também substituir Direitos de Crédito por outros de maior e melhor liquidez, a critério do Gestor, desde que o valor do Direito Creditório que irá substituir o antigo seja igual ou superior ao valor contabilizado do antigo Direito Creditório. Todavia, no decorrer do prazo de duração do **FUNDO**, o Gestor poderá não encontrar Direitos de Crédito que se enquadrem nos critérios de substituição indicados ou que não se enquadrem na política de investimentos do **FUNDO**. Desta forma, os Direitos de Crédito originalmente cedidos não poderão ser substituídos por outros de maior ou melhor liquidez, o que eventualmente pode afetar o desempenho do **FUNDO**.
- (xxx) **Risco de verificação dos Direitos de Crédito por Amostragem:** Considerando que o **CUSTODIANTE** realizará a verificação trimestral da regularidade da Documentação Comprobatória dos Direitos de Crédito por amostragem, há risco de a metodologia utilizada pelo **CUSTODIANTE** apresentar resultados em discordância com a realidade, tendo em vista a falibilidade do método, podendo ocorrer eventuais distorções entre os resultados apresentados pela verificação por amostragem e os efetivamente obtidos.
- (xxxi) **Risco de Questionamento Judicial:** Os Direitos de Crédito podem ser questionados judicialmente tanto no que se refere: (i) à formalização dos Documentos Representativos de Crédito; (ii) às taxas aplicadas e (iii) à forma de cobrança dos empréstimos concedidos, inclusive em função das disposições estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor. Nestes casos, os Direitos de Crédito poderão ser modificados ou cancelados em virtude de decisão judicial o que poderá acarretar perdas para o **FUNDO** e, conseqüentemente, poderá afetar negativamente a rentabilidade de seu patrimônio líquido.

- (xxxii) **Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Gestor tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do **FUNDO** e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou dos Mutuários. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os titulares de Quotas Seniores e atrasos nos pagamentos dos regates.
- (xxxiii) **Risco de Pré-Pagamento dos Direitos de Crédito:** Os Direitos de Crédito integrantes da carteira do **FUNDO** podem ser objeto de pré-pagamento. Assim, na hipótese de ocorrer o pré-pagamento dos Direitos de Crédito, poderá haver redução da rentabilidade dos Direitos de Crédito e, desta forma, afetar o horizonte de rentabilidade esperado pelo **FUNDO**.
- (xxxiv) **Possibilidade de Regime de Administração Especial Temporária, Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Cedente:** O Cedente, por ser instituição financeira, está sujeito ao regime de administração especial temporária, à intervenção ou à liquidação extrajudicial, nos termos da Lei nº 2.321/87 e da Lei nº 6.024/74. Caso o Cedente seja submetido ao regime de administração especial temporária ou tenha sua intervenção ou liquidação extrajudicial decretada, poderá ser vedado ao Cedente ceder Direitos de Crédito ao **FUNDO**. A existência do **FUNDO** no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelo Cedente e a interrupção dos procedimentos de cessão poderá, em última análise, resultar na liquidação do **FUNDO**. Ademais, caso o Cedente se encontre na posse de valores de titularidade do **FUNDO** quando ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela **ADMINISTRADORA**, por conta e ordem do **FUNDO**. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.
- (xxxv) **Possibilidade de os Direitos de Crédito virem a Ser Alcançados por Obrigações do Cedente ou de Terceiros:** Tendo em vista que o **FUNDO** adquirirá Direitos de Crédito oriundos de empréstimos realizados pelo Cedente, todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelo Cedente ou por qualquer terceiro prestador de serviços ao **FUNDO**, decorrentes da liquidação desses Direitos de Crédito de titularidade do **FUNDO** pelos Mutuários, não poderão garantir o pagamento de qualquer obrigação devida pelo Cedente ou por qualquer terceiro. Caso o Cedente ou qualquer terceiro prestador de serviços ao **FUNDO** venha a ter qualquer conta corrente de sua titularidade bloqueada ou penhorada em decorrência de obrigações por estes devidas, todos e quaisquer valores de titularidade do **FUNDO** não poderão responder pelo adimplemento de tais obrigações, bem como deverão ser transferidos para a conta corrente do **FUNDO**, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão. Além disso, a eventual liquidação extrajudicial, falência, pedidos de recuperação judicial e/ou planos de recuperação extrajudicial do Cedente não afetará, do ponto de vista de risco de crédito, o patrimônio líquido do **FUNDO** nem ensejará a desconsideração das cessões dos Direitos de Crédito celebradas nos termos do Contrato de Cessão, uma vez que estão ausentes as condições relacionadas no artigo 130 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 ("Nova Lei de Falências"), nos artigos 158 e 159 do Código Civil Brasileiro e no artigo 593 do Código de Processo Civil. Entretanto, mesmo assim os recursos de titularidade do **FUNDO** que se encontrem na posse do Cedente ou de qualquer terceiro podem eventualmente vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela **ADMINISTRADORA**, por conta e ordem do **FUNDO**. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.
- (xxxvi) **Risco de Não Repasse dos Valores Consignados para as Contas Vinculadas:** Nos termos do artigo 11 do Regulamento, os pagamentos dos Direitos de Crédito relativos a, no mínimo, 80% (oitenta) por cento da totalidade dos Convênios deverão ser efetuados nas Contas Vinculadas. Assim sendo, os pagamentos dos Direitos de Crédito relativos a até 20% (vinte por cento) da totalidade dos Convênios poderão ser efetuados em outras contas de titularidade do **CEDEnte** que não sejam Contas Vinculadas. Nestes casos, nos termos do artigo 17 do Regulamento, o **CEDEnte** deverá transferir em até 05 (cinco) dias úteis para o **FUNDO** quaisquer valores recebidos em contas que não sejam Contas Vinculadas. Tal procedimento poderá acarretar um descasamento temporário nos prazos de recebimento dos Direitos de Crédito. Além disso, poderá ocorrer falhas de repasse de tais Direitos de Crédito, o que, em última análise, poderá gerar descasamento de prazos e valores e até mesmo prejuízos para a carteira do **FUNDO** decorrentes do não repasse de recebimentos de determinados Direitos de Crédito por parte do **CEDEnte**.
- (xxxvii) **Demais Riscos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos ("default"), mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas

aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

### **Sistema de Gerenciamento de Riscos**

A Administradora e o Gestor empreenderão seus melhores esforços na seleção de ativos para composição da Carteira de Ativos do Fundo, e se valerão de mecanismos e de sistemas de gerenciamento de riscos, que monitoram, mas não anulam referidos riscos. Apesar disso, e não obstante a diligência da Administradora e do Gestor em colocarem em prática a política de investimento do Fundo, a Administradora e o Gestor, individual ou conjuntamente, assim como as suas partes relacionadas, não se responsabilizarão por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, no Termo de Adesão.

As aplicações no **FUNDO** não contam com garantia: (i) da **ADMINISTRADORA**; (ii) do Cedente; (iii) do Gestor; (iv) do **CUSTODIANTE**; (v) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vi) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

### **DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

Entender-se-á por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no Capítulo XVII do Regulamento.

Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

As quotas do **FUNDO** serão valorizadas todo dia útil.

Para fins do disposto no inciso XIII, do artigo 24, da Instrução CVM nº 356, os ativos integrantes da carteira do **FUNDO** serão avaliados todo dia útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira:

I - os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), utilizando-se os critérios de marcação a mercado adotados pelo **CUSTODIANTE**, de acordo com o disposto no Contrato de Custódia; e

II - os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 dias úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos de Crédito ou com os outros ativos serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Caso os créditos inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os referidos créditos serão destinados exclusiva e integralmente ao **FUNDO**, e a **ADMINISTRADORA** deverá então reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso.

Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores da primeira série até a liquidação integral das Obrigações do **FUNDO**, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do **FUNDO**, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do **FUNDO**;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do **FUNDO**, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento, bem como a constituição ou enquadramento à Reserva de Liquidez;
- (c) pagamento de encargos, emolumentos e demais despesas decorrentes de operações contratadas no



mercado de derivativos;

- (d) amortização das Quotas Seniores, emitidas ao amparo do Capítulo XI do Regulamento, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Seniores com maior remuneração;
- (e) aquisição, pelo **FUNDO**, de Direitos de Crédito a serem originados pelo **CEDENTE**, em observância à Política de Investimento descrita no Regulamento;
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

## **QUOTAS**

A **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**, poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- (a) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- (b) a emissão de nova série de Quotas Seniores não implique no rebaixamento da classificação de risco das séries de Quotas Seniores em Circulação;
- (c) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos;
- (d) a emissão seja levada a registro perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356; e
- (e) o Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores de cada série será de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores de cada série.

Cada emissão de séries de Quotas Seniores pelo **FUNDO** deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva série, na forma do [Anexo III](#) do Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: (i) quantidade de Quotas Seniores, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Amortização Programada, (v) Data de Resgate e (vi) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva série de Quotas Seniores (o “Suplemento”).

A Meta de Rentabilidade Prioritária de cada série de Quotas Seniores será estabelecida no Suplemento de emissão da respectiva série, e as Quotas Seniores terão seu valor calculado com base no Artigo 40 do Regulamento.

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão fixado no respectivo Suplemento de emissão;
- (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 40 do Regulamento;
- (d) direito de voto em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto; e
- (e) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Seniores.

As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data do anúncio de início de distribuição de cada série.

Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado de cada série de Quotas Seniores emitidas pelo **FUNDO**.

O **FUNDO** emitirá Quotas Subordinadas, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas, com mínimo representativo de 22% (vinte e dois por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO**.

As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;

- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) abaixo;
- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 41 do Regulamento;
- (e) direito de voto em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- (f) serão subscritas exclusivamente pelo Cedente.

Após o encerramento da primeira distribuição de Quotas Subordinadas, a **ADMINISTRADORA** poderá realizar nova distribuição de Quotas Subordinadas, em número indeterminado.

As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, observado o disposto no [Capítulo XIX](#) do Regulamento.

### **EMIÇÃO, NEGOCIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS**

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma detalhada abaixo, na data em que os recursos sejam colocados pelo Público Alvo e/ou pelo **CEDENTE**, respectivamente, à disposição do **FUNDO** (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do Quotista.

I - No ato de subscrição de Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela **ADMINISTRADORA**), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas, conforme o previsto no boletim de subscrição, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.

II - O extrato da conta de depósito, emitido pelo Agente Escriturador, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da **ADMINISTRADORA**, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes do Regulamento e das demais normas aplicáveis ao **FUNDO**; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Não serão cobradas taxas de ingresso, performance ou de saída pela **ADMINISTRADORA**.

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores de cada série, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência (conforme definido abaixo).

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores de cada série, definidos acima, têm como finalidade definir (i) o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição e (ii) qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores da série em questão, na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da **ADMINISTRADORA**, do Gestor, do **FUNDO**, do Cedente ou do **CUSTODIANTE**.

Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme acima, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) acima às Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do **FUNDO** no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

Com relação a cada série de Quotas Seniores, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos

rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na data de cálculo.

As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo **FUNDO** nas respectivas Datas de Resgate, observado o aqui previsto.

Sem prejuízo do abaixo previsto, o **FUNDO** poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 49 do Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o **FUNDO** tenha disponibilidades para tanto, a Assembléia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em Circulação, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembléia Geral.

Na hipótese das Quotas Subordinadas representarem mais de 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** e desde que observado o mínimo representativo indicado no Artigo 34 do Regulamento, estas poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios:

I - a partir da data da primeira integralização de quotas do Fundo, mensalmente a Administradora fará a verificação da ocorrência ou não da hipótese de amortização aqui prevista; e

II - as Quotas Subordinadas serão amortizadas visando exclusivamente ao reequilíbrio da relação prevista no Artigo 34 do Regulamento, após comunicação e concordância dos quotistas subordinados.

Quaisquer alterações nos direitos, vantagens e garantias, bem como nas Datas de Resgate, Amortizações Programadas e Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores de qualquer série deverão observar os quoruns específicos estabelecidos no Capítulo XXI do Regulamento.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 49 do Regulamento, a **ADMINISTRADORA** deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do **FUNDO** correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 40 e 43 do Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 54 do Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 40 e 41 do Regulamento.

A **ADMINISTRADORA** efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Os recursos depositados na Conta do **FUNDO** deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, no Dia Útil das respectivas datas de pagamento.

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 58 do Regulamento, em Direitos de Crédito.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a **ADMINISTRADORA** efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

A fim de viabilizar os pagamentos do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** deverá constituir uma Reserva de Liquidez para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores (a "Reserva de Liquidez"). Para tanto, a **ADMINISTRADORA** deverá condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma abaixo.

A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Liquidez (em percentual sobre o valor estimado pela **ADMINISTRADORA** das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas Datas de Amortização e Resgates:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
60	30%
30	70%
15	100%

A **ADMINISTRADORA** somente descontinuará os procedimentos descritos acima, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a Reserva de Liquidez, líquidos de quaisquer

impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma acima.

Quando da execução dos procedimentos aqui definidos, o Gestor deverá investir os fundos disponíveis na Reserva de Liquidez exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de forma a garantir o pagamento tempestivo das amortizações e resgates, sempre observada a Política de Investimento definida no Regulamento.

Os procedimentos descritos neste item não constituem promessa ou garantia, por parte da **ADMINISTRADORA**, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Liquidez, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela **ADMINISTRADORA**.

Caso os montantes disponíveis na Reserva de Liquidez deixem de atender ao disposto acima, a **ADMINISTRADORA** deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito e destinar todas as disponibilidades do **FUNDO**, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Liquidez.

As Quotas Seniores serão registradas para negociação na CETIP, de acordo com a legislação vigente, observado que os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.

Na hipótese de negociação de Quotas Seniores, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço serão processados pelo Agente Esriturador após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

### **RAZÃO DE GARANTIA**

Desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a **ADMINISTRADORA** verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em Circulação do **FUNDO** (a “Razão de Garantia”) é igual ou superior a 128,22% (cento e vinte e oito por cento e vinte e dois décimos por cento).

Caso a Razão de Garantia seja inferior a 128,22% (cento e vinte e oito por cento e vinte e dois décimos por cento) por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, serão adotados os seguintes procedimentos:

- (a) a **ADMINISTRADORA** comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao **CEDENTE**, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento do **FUNDO** à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas; e
- (b) o **CEDENTE** deverá subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea “a”, acima, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

Caso o **CEDENTE** não realize o aporte adicional de recursos, conforme a alínea (b) acima, a **ADMINISTRADORA** deverá adotar os procedimentos do Artigo 56 do Regulamento.

Caso a Razão de Garantia seja superior a 136% (cento e trinta e seis por cento) (o “Excesso de Cobertura”), a **ADMINISTRADORA** poderá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite mínimo da Razão de Garantia (ou seja, de modo que a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do **FUNDO** fique igual a, no mínimo, 128,22% (cento e vinte e oito por cento e vinte e dois décimos por cento)), mediante solicitação dos titulares de Quotas Subordinadas, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- a) a Reserva de Liquidez esteja devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos no Regulamento;
- b) o **FUNDO** tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente;
- c) na data da amortização, os limites de concentração dispostos no Capítulo IV do Regulamento não tenham sido excedidos; e
- d) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido adequadamente sanados.

Para fins do previsto acima, a Administradora disponibilizará, via web, a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas diariamente.

Cada titular das Quotas Subordinadas deverá comunicar à Administradora, a intenção de realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas. A Administradora realizará a amortização em até 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento da referida comunicação dos titulares das Quotas Subordinadas.

Não poderá haver amortização de Quotas Subordinadas, na forma aqui prevista, nos 5 (cinco) meses que antecederem o resgate da última série de Quotas Seniores em Circulação.

### **ASSEMBLÉIA GERAL**

Será de competência privativa da Assembléia Geral de quotistas do **FUNDO**:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela **ADMINISTRADORA**;

II - deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA**;

III - deliberar sobre a elevação da taxa de administração cobrada pela **ADMINISTRADORA**, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;

IV - deliberar sobre a incorporação, fusão ou cisão do **FUNDO**, observado o procedimento do Capítulo XIV do Regulamento do **FUNDO**;

V – aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação;

VI - deliberar sobre a liquidação do **FUNDO**, observado o procedimento do Capítulo XIV do Regulamento;

VII - aprovar a substituição do **CUSTODIANTE**, do Depositário, do Gestor, do Auditor Independente, do Agente de Cobrança e da Agência de Classificação de Risco;

VIII - resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação serão considerados Eventos de Liquidação; e

IX - aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do **FUNDO** mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

O Regulamento do **FUNDO** e os demais Documentos da Operação poderão ser alterados, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinação das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos quotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos quotistas;

II - não exercer cargo ou função na **ADMINISTRADORA**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

III - não exercer cargo no Cedente de direitos creditórios integrantes da carteira do **FUNDO**.

A convocação da Assembléia Geral de quotistas do **FUNDO** far-se-á, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada quotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos quotistas.

Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos quotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde a **ADMINISTRADORA** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios ou as cartas endereçadas aos quotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da **ADMINISTRADORA**.

Independentemente das formalidades previstas neste item, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os quotistas.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de quotistas pode reunir-se por convocação da **ADMINISTRADORA** ou de quotistas possuidores de quotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das quotas emitidas.

A Assembléia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas Seniores que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Seniores em Circulação e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Quotistas Seniores. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

Sem prejuízo do disposto abaixo, a **ADMINISTRADORA** e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do **CUSTODIANTE**, do Auditor Independente, do Gestor, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante da **ADMINISTRADORA** deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Têm qualidade para comparecer à Assembléia Geral, além dos quotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos há menos de um ano.

Ressalvado o disposto acima, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral; exceto com relação às matérias indicadas nos incisos (II), (III), (IV) e (V) acima, as quais deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas e, em segunda convocação, pelos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral.

Sem prejuízo do disposto acima, a aprovação das seguintes matérias dependerá, ainda, do voto favorável dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas: (i) substituição do **CUSTODIANTE**, do Depositário, do Gestor, do Auditor Independente, do Agente de Cobrança e da Agência de Classificação de Risco; (ii) alteração da Política de Investimento e da Política de Concessão de Crédito e Cobrança, estabelecidas nos Capítulos IV e VI do Regulamento, respectivamente; (iii) alteração dos Critérios de Elegibilidade; (iv) alteração da Razão de Garantia e do Excesso de Cobertura; e (v) alteração dos prazos e composição da Reserva de Liquidez, conforme estabelecidos no Parágrafo 6º do Artigo 47 do Regulamento.

Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas de titularidade do **CEDENTE** e de quaisquer de suas partes relacionadas, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas, salvo quando a votação ocorrer conforme o disposto no caput do artigo 64, §1º do Regulamento.

A critério da **ADMINISTRADORA** e do Gestor e mediante notificação por escrito, agindo estes sempre de boa-fé e em estrita conformidade com os interesses do **FUNDO**, as Quotas de titularidade do **CEDENTE** estarão impedidas de votar em Assembléia Geral, caso ocorra uma situação de conflito de interesse, desde que fundamentada, que possa comprometer as atividades do **FUNDO**.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o **FUNDO** e obrigarão todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação, instalação e deliberação previstos no Regulamento.

As decisões da assembléia geral devem ser divulgadas aos quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação referida acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista.

As modificações aprovadas pela Assembléia Geral de quotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos: I - lista de quotistas presentes na Assembléia Geral; II - cópia da ata da assembléia geral; e III - exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

## **EVENTOS DE AVALIAÇÃO**

São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos (os “Eventos de Avaliação”):

I - qualquer evento que implique em transferência ou alteração, direta ou indireta, do controle do Cedente, em relação ao que prevalecia à época da constituição do **FUNDO**, bem como qualquer operação de cisão, fusão ou reorganização societária que envolva o Cedente, ou qualquer operação com efeitos similares;

II - caso o Cedente inicie processo de renegociação de dívidas ou situação de endividamento que evidencie a iminência de que ocorra tal fato;

III - caso ocorra a concessão de qualquer medida liminar, antecipação de tutela, medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei Federal n.º 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade do Cedente;

IV - caso o Cedente deixe de cumprir as disposições referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do BACEN e do Conselho Monetário Nacional – CMN;

V – descumprimento, pelo Cedente, de qualquer de suas obrigações estabelecidas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação que não seja um Evento de Liquidação, desde que tal descumprimento (i) não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado do recebimento, pelo Cedente, de aviso, por escrito, enviado pela **ADMINISTRADORA**, informando-o da ocorrência do respectivo evento, e (ii) possa, a exclusivo critério da **ADMINISTRADORA**, comprometer materialmente a boa ordem legal, administrativa e operacional do **FUNDO** e os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;

VI - caso a Razão de Garantia não seja atendida dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento, nos termos do Capítulo XVIII do Regulamento;

VII - rebaixamento da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em Circulação em dois níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;

VIII - inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela **ADMINISTRADORA** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;

IX - inobservância, pelo Depositário, de seus deveres e obrigações previstos no Contrato de Depositário, na forma dos dispositivos atualmente em vigor;

X - impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade;

XI - não constituição da Reserva de Liquidez nos termos do Regulamento, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de notificação por escrito enviada pelo Gestor à Administradora;

XII - inobservância, pela **ADMINISTRADORA**, de seus deveres e obrigações, previstos no Regulamento, verificado pelo **CUSTODIANTE** ou por titulares de Quotas Seniores representando ao menos 5% das Quotas Seniores em Circulação, desde que, se notificado por estes para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;

XIII - aquisição, pelo **FUNDO**, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento no momento de sua aquisição;

XIV - renúncia da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE** e/ou do Depositário;

XV- caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;

XVI - ocorrência de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos nos termos do Regulamento e seus Suplementos para o cálculo do valor das Quotas Seniores, por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados, durante um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer o evento, desde que não haja substituição do índice por outro equivalente;

XVII - criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo em relação à carteira do **FUNDO**, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do **FUNDO** e os direitos, as garantias, a rentabilidade e/ou as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;

XVIII - caso, no Relatório de Avaliação referido no Artigo 32 do Regulamento, constem inexatidões ou incongruências em relação às informações fornecidas pelo Cedente com relação a 3% (três por cento) ou mais dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo desde a última verificação;

XIX - a rescisão, extinção ou término, por qualquer motivo, de qualquer dos seguintes contratos: Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão, Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas, Contrato de Custódia e Convênio de Cobrança;

XX – caso os pagamentos dos Direitos de Crédito relativos a, no mínimo, 80% (oitenta) por cento da totalidade dos Convênios não sejam efetuados nas Contas Vinculadas; e

XXI – caso o **CEDEnte** não transfira para o **FUNDO** quaisquer valores consignados dos Mutuários, relativos a Direitos de Crédito de titularidade do **FUNDO** e recebidos em contas que não sejam Contas Vinculadas no prazo de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis contados da data de seus respectivos recebimentos.

Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXI do Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do **FUNDO** em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) pela não liquidação do **FUNDO**, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do **FUNDO** independentemente da convocação de nova Assembleia Geral nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 57 do Regulamento.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista acima, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do **FUNDO**.

No momento de verificação de qualquer Evento de Avaliação, os procedimentos de aquisição de novos Direitos de Crédito deverão ser imediatamente interrompidos.

## LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

A 1ª Série de Quotas Seniores será liquidada por ocasião do término do seu prazo de duração.

Na hipótese de liquidação do **FUNDO** por ocasião do término do prazo de duração das respectivas Séries de Quotas Seniores, as quotas subordinadas poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito.

Poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** nas seguintes situações (os “Eventos de Liquidação”):

I - Caso o Cedente, seus controladores, quaisquer sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum venham a ingressar em Regime de Administração Extrajudicial Temporário - RAET, recuperação judicial, falência, bem como se o Cedente pleitear pedido de autofalência ou sofrer processo de intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial, ou qualquer procedimento ou regime similar;

II - a ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do **FUNDO**, assim entendidos aqueles que afetem substancialmente: (i) a origemação e/ou a cessão de Direitos de Crédito em montante suficiente para assegurar os percentuais mínimos de composição e diversificação da carteira do **FUNDO**, decorridos 180 (cento e oitenta) dias do início das atividades do **FUNDO**; e (ii) cessão ao **FUNDO** Direitos de Crédito livres e desembaraçados, que atendam aos Critérios de Elegibilidade e representem a todo momento, a partir do nonagésimo dia contado a partir do início das atividades do **FUNDO**, exceto na hipótese de autorização de prorrogação desse prazo pela CVM, conforme disposto no Artigo 40 da Instrução nº 356 da CVM, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO**;

III - cessação ou renúncia pela **ADMINISTRADORA**, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do **FUNDO**, previstos no Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento;

IV - cessação pelo **CUSTODIANTE** e/ou pelo Depositário, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia e do Contrato de Depositário, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos dos referidos contratos;

V - caso o Cedente deixe de comunicar à **ADMINISTRADORA** e/ou ao **CUSTODIANTE** a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação;

VI - caso seja efetuado pagamento aos titulares de Quotas Subordinadas em desacordo com as regras e com os limites definidos no Regulamento;

VII - inobservância da Razão de Garantia, por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, após o término do prazo para reenquadramento previsto no Capítulo XVIII do Regulamento do **FUNDO**;



VIII - falência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, do Custodiante, Gestor, Depositário e de quaisquer prestadores de serviços ao Fundo que comprometa a atividade do Fundo, e quem não tenha sido substituído por outro prestador de serviço devidamente qualificado;

IX - não pagamento dos valores de amortização ou resgate nas datas previstas no Regulamento; e

X - verificação, por parte da **ADMINISTRADORA**, da inviabilidade de continuidade do **FUNDO**.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a **ADMINISTRADORA** deverá i) convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do **FUNDO**, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos quotistas dissidentes, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e no Regulamento, e ii) caso a deliberação da Assembléia Geral determine a liquidação antecipada do **FUNDO**, o **FUNDO** resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação.

Caso o **FUNDO** não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas Dissidentes, no prazo previsto acima, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no **FUNDO** serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao artigo 15 da Instrução CVM 356, é vedado ao **FUNDO** realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas Dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito.

Caso a deliberação da Assembléia Geral referida acima determine a liquidação antecipada do **FUNDO**, restará comprovada a ocorrência de situação que coloque a cessão dos Direitos de Crédito em risco, motivo pelo qual o **FUNDO** resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em Circulação, observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVI do Regulamento em conjunto com as informações enviadas pelo Cedente, a **ADMINISTRADORA** debitará a Conta do **FUNDO** e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores em Circulação até o limite dos recursos disponíveis, observado ainda reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo que será equivalente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou 0,1% (um décimo por cento) do patrimônio líquido do Fundo, o que for maior.

Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a **ADMINISTRADORA** poderá convocar Assembléia Geral para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

O resgate das Quotas Subordinadas somente poderá ser iniciado após o resgate integral das Quotas Seniores, observados ainda o procedimento descrito nos parágrafos acima.

## **TAXAS**

Será devida à **ADMINISTRADORA**, a título de honorários pelas atividades de administração, gestão do **FUNDO** e de escrituração de quotas, custódia qualificada e controladoria dos Direitos de Crédito e demais ativos do **FUNDO**, definidas no Regulamento, uma Taxa de Administração equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), acrescidos de R\$2.834,00 (dois mil, oitocentos e trinta e quatro reais) por mês, os valores serão corrigidos anualmente pelo IGPM ou outro índice que vier a substituí-lo (a "Taxa de Administração").

Pelos serviços de gestão da carteira do **FUNDO**, o Gestor receberá fará jus ao recebimento de uma remuneração equivalente ao percentual de 0,1% a.a. (um décimo. por cento ao ano), incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**, sendo que a remuneração mínima mensal será de R\$10.000,00 (dez mil reais). A remuneração dos serviços prestados pelo Gestor integra a Taxa de Administração indicada acima.

A remuneração da **ADMINISTRADORA** e do Gestor é calculada e apropriada por Dia Útil e deverá ser paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

O **CUSTODIANTE** receberá pelos serviços de custódia do **FUNDO** uma remuneração equivalente a equivalente ao percentual de 0,2% a.a. (dois décimos por cento ao ano), incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**, sendo que a remuneração mínima mensal será de R\$15.000,00 (quinze mil reais).

A **ADMINISTRADORA** pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

O **FUNDO** não possui taxa de performance e/ou de saída.

## **TRIBUTAÇÃO**

### **TRIBUTAÇÃO SOBRE O FUNDO:**

#### **IOF**

As aplicações realizadas pelo **FUNDO** estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo.

#### **IR**

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira são isentos do Imposto de Renda.

### **TRIBUTAÇÃO SOBRE OS QUOTISTAS:**

#### **IOF**

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação das quotas do **FUNDO**, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

#### **IOF - Câmbio**

As liquidações de operações de câmbio relativas a transferências do e para o exterior, inclusive por meio de operações simultâneas, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação nos mercados financeiro e de capitais são tributadas à alíquota de 2% (dois por cento), nos termos do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, alterado pelos Decretos nº 6.613, de 22 de outubro de 2008 e Decreto nº 6.983, de 19 de setembro de 2009.

#### **IR**

Sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelos Quotistas incide o IR-Fonte. Para os rendimentos auferidos a partir de 01 de janeiro de 2005, as alíquotas são regressivas em razão da classificação do fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos de Crédito) ou de curto prazo (carteira com prazo médio igual ou inferior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos de Crédito), e após a definição da classificação do **FUNDO** segundo este critério, a alíquota varia, ainda, de acordo com o prazo de permanência da aplicação do investidor, conforme abaixo descrito:

##### **(i) Fundo de longo prazo:**

22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;  
20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;  
17,5% - prazo da aplicação de 361 dias até 720 dias; e  
15,0% - prazo da aplicação acima de 720 dias.

##### **(ii) Fundo de curto prazo:**

22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias; e  
20,0% - prazo da aplicação acima de 180 dias.

Os prazos referidos acima são considerados a partir da data da aplicação.

### **AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS**

No caso de amortização de quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota aplicável com base no prazo médio da carteira.

### **ALIENAÇÃO DE QUOTAS DO FUNDO A TERCEIROS**

Na hipótese de alienação de quotas do **FUNDO** em bolsa de valores, o ganho líquido (diferença positiva entre o preço de venda e o respectivo custo de aquisição) auferido está sujeito ao imposto de renda, à alíquota de 15%. Neste caso, o imposto de renda será apurado e pago pelo próprio Quotista. No caso de pessoa física, a tributação é definitiva, não sendo tais ganhos incluídos no cômputo do imposto de renda sobre rendimentos sujeitos ao ajuste anual. No caso de pessoa jurídica, a tributação será antecipação do imposto de renda devido ao final do ano. Não obstante, no caso de pessoa jurídica isenta de imposto de renda, o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos mensais será considerado definitivo, tal como ocorre com as pessoas físicas.

Adicionalmente, ao alienar quotas do **FUNDO** em bolsa de valores, haverá a incidência de IR-Fonte à alíquota de 0,005%, calculado sobre o valor de alienação (dispensada a retenção do IR-Fonte cujo valor seja igual ou inferior a R\$1,00), neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediária que receber a ordem de alienação do Quotista do **FUNDO**.

O valor do IR-Fonte referido no parágrafo anterior poderá ser: (i) deduzido do imposto de renda sobre ganhos líquidos apurados no mês; (ii) compensado com o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos apurados

nos meses subseqüentes; (iii) compensado na declaração de ajuste anual (se pessoa física) caso, após a dedução de que tratam os itens (i) e (ii), houver saldo de IR-Fonte retido; e (iv) compensado com o imposto de renda devido sobre o ganho de capital na alienação das quotas.

## **ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**

As atividades de administração das quotas do **FUNDO** serão exercidas pela **ADMINISTRADORA**.

A distribuição de quotas do **FUNDO** será liderada e realizada, em regime de melhores esforços, pela **ADMINISTRADORA**, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para distribuir quotas do **FUNDO**.

As atividades de gestão da carteira do **FUNDO** serão exercidas pelo Gestor.

### **OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA**

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos quotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
- d) o livro de presença de quotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**;
- h) os relatórios do auditor independente;

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio do **CUSTODIANTE**;

III - entregar ao quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado e da taxa de administração;

IV - divulgar, na periodicidade prevista no Regulamento, no Periódico, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem quotas do **FUNDO**, o valor do patrimônio líquido, o valor da quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco;

V - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VI – fornecer anualmente aos quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a **ADMINISTRADORA** e o **FUNDO**;

VIII - providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do **FUNDO** ou dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

IX - celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de desconstituição, substituição ou liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do **FUNDO**, desde que esgotados todos os meios e procedimentos necessários ao seu recebimento e à sua cobrança. O preço de alienação dos ativos de titularidade do **FUNDO** não poderá, sob pena de responsabilização da **ADMINISTRADORA** por eventuais danos ou prejuízos causados ao **FUNDO**, ser inferior ao seu respectivo valor contábil, exceto quando autorizado no Regulamento ou pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, sendo que este, em nenhuma circunstância, poderá ser inferior a R\$1,00 (um real); e

X - constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO** e dos direitos e prerrogativas sobre os Seguros de Vida vinculados aos Direitos de Crédito integrantes da carteira do **FUNDO**. Exceção feita às procurações com poderes da cláusula ad judicium e àquelas outorgadas ao **CUSTODIANTE**, nos termos do Contrato de Custódia, e ao Cedente, nos termos do Contrato de Cobrança, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica, em todas as demais procurações outorgadas pela **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**, constará o respectivo prazo de validade, que não poderá ser superior a 12 (doze) meses contado da data da outorga.

A divulgação das informações previstas no item IV acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do Artigo 8º da Instrução CVM 356 pela regularidade na prestação dessas informações.

Sem prejuízo do disposto acima, e da legislação e regulamentação aplicável, são obrigações da **ADMINISTRADORA**:

a) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco e aos Quotistas:

I - a substituição da **ADMINISTRADORA**, do Auditor Independente, do Gestor ou do **CUSTODIANTE**;

II - a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e

III - a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão, Contrato de Custódia ou Contrato de Gestão;

b) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco e do Auditor Independente aos relatórios preparados pelo **CUSTODIANTE** nos termos do Contrato de Custódia;

c) informar aos Quotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas do **FUNDO**, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato; e

d) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Depositário, **CUSTODIANTE**, ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da carteira do **FUNDO**, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos, de titularidade do **FUNDO**.

A **ADMINISTRADORA**, observadas as limitações legais e da Instrução CVM 356 e do Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembleias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**.

#### **VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA**

É vedado à **ADMINISTRADORA**:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**;

II – utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III – efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de quotas deste.

As vedações de que tratam os itens I a III acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da **ADMINISTRADORA**, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Excetuam-se do supra disposto a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do BACEN e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do **FUNDO**.

É vedado à **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir quotas do próprio **FUNDO**;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356, bem como no Regulamento;

VI – vender quotas do **FUNDO** a prestação;

VII – vender quotas do **FUNDO** ao Cedente, exceto quando se tratar de Quotas Subordinadas;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;

IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução 356;

XI – obter ou conceder empréstimos;

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**.

O Diretor Designado deverá elaborar demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua Política de Investimento, com os limites de composição e de diversificação previstos no Regulamento e na regulamentação vigente e que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado.

#### **SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA**

Mediante aviso prévio de 60 dias, por meio eletrônico e através de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista, a **ADMINISTRADORA** poderá renunciar à administração do **FUNDO**, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução CVM nº 356.

Nas hipóteses de substituição da **ADMINISTRADORA** e de liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria **ADMINISTRADORA**.

#### **CUSTÓDIA E CONTROLADORIA**

As atividades de custódia e controladoria do **FUNDO** previstas nos artigos 38 e 39 da Instrução CVM nº 356, e a escrituração das quotas serão exercidas pelo **CUSTODIANTE**.

O **CUSTODIANTE** é responsável pelas seguintes atividades:

I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações financeiras, comerciais e de serviços;

II - validar os direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento;

III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores;

VI - cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e

VII - observar para que somente as ordens emitidas pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo Gestor, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do **FUNDO**.

A verificação do lastro dos Direitos de Crédito será realizada pelo **CUSTODIANTE**, ou terceiro por este contratado, sob sua responsabilidade, trimestralmente, sendo que para a primeira verificação a ser realizada o **CUSTODIANTE** deverá considerar a totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do **FUNDO**, enquanto que para as demais verificações serão considerados apenas os Direitos de Crédito cedidos ao **FUNDO** no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada.

A análise da documentação será realizada utilizando-se os procedimentos de auditoria por amostragem, conforme faculta o Artigo 38, § 1º da Instrução CVM nº 356. A verificação dependerá de alguns estudos estatísticos, e será realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos de Crédito.

Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com a seguinte fórmula:

$n_o = \frac{1}{E_o^2}$		$n = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$

onde,

$E_o$  = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos de Crédito Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos de Crédito Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados), com isso o erro máximo que poderá incorrer será de 10% da amostra tolerável.

$N$  = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos de Crédito Elegíveis).

A seleção da amostra de Direitos de Crédito Elegíveis para verificação será obtida: (i) dividindo-se o tamanho da população ( $N$ ) pelo tamanho da amostra ( $n$ ), obtendo um intervalo de retirada ( $k$ ); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada  $k$  elementos, será retirado um para a amostra.

As verificações serão realizadas por meio dos seguintes procedimentos: a) obtenção de arquivo com os Direitos de Crédito adquiridos pelo **FUNDO**, na data base da revisão; b) apuração da quantidade de Direitos de Crédito a serem verificados; c) seleção dos Direitos de Crédito, mediante aplicação da fórmula descrita acima; e d) conferência física dos Direitos de Crédito com os registros eletrônicos do **CUSTODIANTE**.

Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do Artigo 8º da Instrução CVM 356, a Administradora considerará as informações fornecidas pelo Custodiante, após o término do trimestre do exercício social, retroativas aos últimos três meses, se houver.

Sem prejuízo de suas demais responsabilidades nos termos deste Regulamento, o Custodiante contratará o Cedente como depositário responsável pela guarda física dos originais dos Documentos Representativos de Crédito, seus anexos, seguros, garantias, e outros documentos que lastrearem os Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Depósito.

O Custodiante, com a interveniência e anuência da Administradora, contratará, às suas expensas, por meio do Contrato de Cobrança, o Cedente para que adote, de acordo com os procedimentos de cobrança previstos no Anexo IV do Regulamento, as medidas cabíveis com relação à cobrança judicial e extrajudicial contra os Mutuários que não efetuarem o pagamento de Direitos de Crédito, sendo que o Fundo, por meio do seu representante legal, deverá atuar no pólo ativo de qualquer cobrança judicial contra tais Mutuários, nos termos do Contrato de Cobrança.

O Auditor Independente realizará, trimestralmente, procedimentos específicos, com o objetivo de verificar a exatidão das seguintes informações fornecidas pelo Cedente, com base no arquivo disponibilizado pelo Custodiante, relativas aos Direitos de Crédito de tempos em tempos adquiridos pelo Fundo, por amostragem: (i) ocorrência da averbação da consignação em folha de pagamento do respectivo Consignante; (ii) identificação do Mutuário respectivo, com base em seu código de beneficiário mantido perante o Consignante, se houver; (iii) identificação do Consignante ao qual o Mutuário é vinculado; e (iv) identificação do valor da parcela a receber relativa ao mês de referência da verificação. O Auditor Independente elaborará e enviará à Administradora e ao Custodiante relatórios sumarizados dos resultados dos procedimentos descritos neste Artigo (o "Relatório de Avaliação")

## **SUBSTITUIÇÃO DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO**

O **GESTOR**, o **CUSTODIANTE**, o Auditor Independente e a Agência Classificadora de Risco somente poderão ser substituídos mediante expressa deliberação e aprovação da maioria dos quotistas presentes em Assembléia Geral de Quotistas

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO**

As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O exercício social do **FUNDO** tem duração de 01 (um) ano e se encerrará no dia fevereiro de cada ano.

A **ADMINISTRADORA** deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

I – de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

II – de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Deverá constar necessariamente de cada relatório de auditoria e das respectivas notas explicativas descrição pormenorizada:

a) apresentando o comportamento e perfil de adimplência da carteira de Direitos de Créditos;

b) referente ao cumprimento pela Administradora, no respectivo exercício social, dos termos e condições do Regulamento e do Contrato de Cessão;

c) referente ao cumprimento, pelo Cedente, dos procedimentos definidos nas Políticas de Concessão de Crédito, nas Políticas de Cobrança e das declarações prestadas pelo Cedente no Contrato de Cessão;

d) análise dos demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 21, Parágrafo 7º, do Regulamento; e

e) referência expressa de que os pagamentos dos Direitos de Crédito relativos a, no mínimo, 80% (oitenta) por cento da totalidade dos Convênios são efetuados nas Contas Vinculadas.

### **PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS**

A **ADMINISTRADORA** é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, por meio de publicação em periódico utilizado para divulgação de informações do **FUNDO**, devendo permanecer a disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da **ADMINISTRADORA** e nas instituições autorizadas a distribuir quotas do **FUNDO**, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Em caso de substituição do periódico, os Quotistas serão avisados sobre a referida substituição mediante publicação no periódico anteriormente utilizado, por correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista.

A **ADMINISTRADORA** deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

I – o número de quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;

II – a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês;

III – o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado; e

IV - a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do **FUNDO** e o valor das Quotas Seniores. As obrigações estabelecidas no Regulamento não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV da Instrução nº 356 CVM.

### **ENCARGOS DO FUNDO**

Constituem encargos do **FUNDO**, além da taxa de administração, as seguintes despesas:

I – taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;

II – despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento do **FUNDO** ou na regulamentação pertinente;

III – despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos condôminos;

IV – honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da **ADMINISTRADORA**;

V – emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;

VI – honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive eventuais cobranças extrajudiciais que sejam necessárias, e o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido, bem como as despesas de cobrança de Direitos de Créditos inadimplidos incorridas pelo Agente de Cobrança;

VII – quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de assembléia geral de condôminos;

VIII – taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;

IX – despesas com a contratação de agência classificadora de risco.

X – despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do artigo 31 da Instrução 356.

### **PERIÓDICO DESTINADO ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO**

Anúncios, Fatos Relevantes, Convocações e demais documentos: “Valor Econômico”

### **BREVE HISTÓRICO DO BANCO RURAL S.A.**

Fundado em 12 de janeiro de 1928 sob a denominação de Manoel C. de Carvalho & Cia, em 1957, transformou-se em sociedade anônima, alterando sua denominação social para Banco Manoel de Carvalho S.A., sempre tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro, Estado do Guanabara, àquela época.

Em 25 de março de 1964, sob o controle da Família Corrêa Rabelo, após aquisição em 1962, alterou sua denominação social para Banco Rural de Minas Gerais S.A., tendo como objeto social a prática de operações bancárias e capital social de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), mantendo sua sede inalterada.

Deste então e até o ano de 1980, sofreu alterações positivas em seu capital social, alavancadas pelos bons negócios realizados e pela excelente gestão dos administradores, aumentando-o anualmente.

Em 22 de setembro de 1980, alterou sua denominação social para Banco Rural S.A., vigente até a presente data, estando seu capital, na referida data, em valor de C\$ 109.041.510,00 (cento e nove milhões, quarenta e um mil, quinhentos e dez cruzeiros).

Em 05 de novembro de 1981 foi criado o Conselho de Administração e suas atribuições; em 08 de abril de 1984, foram abertas 6 agências, em Curitiba, Porto Alegre, Recife, Manaus, Fortaleza e Porto Velho, demonstrativas da evolução do Banco Rural.

Em 1989, o Banco Rural inaugurou mais oito agências e seu processo de expansão prosseguiu com a sua alteração de Banco Comercial para Banco Múltiplo, com carteira comercial, de crédito, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, TVM e autorização para câmbio.

Em 1995, iniciou sua inclusão no mercado financeiro externo com a constituição de uma subsidiária no Uruguai e, posteriormente, em Bahamas (Banco Rural Europa S.A.) e Nassau (Rural Internacional Bank Ltd), estando estas duas últimas em plena atividade.

Em 1996, adquiriu parte dos ativos do Banco Mercantil de Pernambuco S.A., e comprou a Mercantil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, que alterou seu tipo societário para sociedade por ações, transformando em banco e sua denominação para BR Banco Mercantil S.A., sendo novamente alterada, em 2003, para sua atual denominação Banco Simples S.A.



Em 1997, com a aquisição de uma empresa de Previdência, o Banco Rural iniciou sua atuação no mercado de varejo através de empréstimos consignados para funcionários públicos da ativa, aposentados e pensionistas. Inicialmente em parceria com outro Grupo mineiro, onde o Banco figurava como majoritário, detendo 51,00% das ações, e, a partir de 2005, com a aquisição dos 49,00% da parceira, passou a deter 100,00% da operação e a incorporou. A partir daí, o Banco Rural passou a operar, individualmente, o crédito consignado através de sua promotora de vendas, Simples Serviços Financeiros que, além de rede própria de lojas em todos os Estados da Federação, dispõe, também, da estrutura comercial do Rural. Este mercado tornou-se muito competitivo a partir de 2004, com a grande expansão dos empréstimos aos aposentados e pensionistas do INSS. Neste segmento, o Banco Rural possui forte atuação no consignado para funcionários da ativa e pensionistas da administração estadual e municipal. Com relação aos aposentados e pensionista do INSS e forças armadas, o Banco Rural vem implementando estratégias de crescimento com vistas a ampliar seu *market share*. Singularmente, o banco tem como diferencial o histórico da operacionalização de seus negócios através de lojas próprias e de correspondentes bancários, formalmente constituídos de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. Nesse sentido, foi pioneiro no Brasil.

No segmento corporativo, o Banco Rural possui um amplo portfólio de clientes, tendo desenvolvido expertise em crédito voltado, principalmente, para o segmento de *middle market*, que é o principal foco da instituição desde sua criação. Atualmente, o banco está presente nos principais estados da federação, através de 25 agências e vários escritórios. A área de câmbio, administrada diretamente da matriz em Belo Horizonte, está representada por quatro superintendências nas principais regiões do País, além de uma área de bancos correspondentes.

No segmento institucional o banco dispõe de uma equipe para captação de recursos no mercado interno, subordinada à diretoria financeira, com representação física nos principais centros financeiros. Essas áreas atuam de forma conjunta com a área de novos produtos, visando a estruturação de produtos de forma a ampliar e diversificar as alternativas de funding e levar as melhores opções de investimentos para seus clientes.

A Operação de crédito consignado é a segunda mais importante dentro do *core business* da instituição, constituindo-se em peça importante dentro da estratégia de diversificação de produtos oferecidos aos clientes e representa uma operação com menor risco de crédito, dadas suas características de baixa inadimplência, ampla diversificação das contrapartes e dos valores praticados. O histórico de atuação do banco, neste segmento, ao longo dos últimos anos, e a produção do exercício social encerrado em 30 de junho de 2009, refletem a capacidade de geração de empréstimos consignados em escala e margens, que lhe permitem competir em condições satisfatórias no mercado, conforme apresentado na tabela a seguir:

**Volume de Empréstimos Consignados**  
(Em R\$ mil)

ANO	FEDERAL	INSS	ESTADUAL	MUNICIPAL	OUTROS	PRIVADO	TOTAL
2007	R\$ 37.803	R\$ 23.167	R\$ 363.329	R\$ 143.608	R\$ 1.867	R\$ 28.554	R\$ 598.328
2008	R\$ 30.720	R\$ 10.662	R\$ 340.210	R\$ 161.154	R\$ 6.493	R\$ 31.128	R\$ 580.367
2009 (*)	R\$ 26.727	R\$ 37.832	R\$ 251.247	R\$ 94.990	R\$ 5.818	R\$ 9.852	R\$ 426.467
Total	R\$ 95.251	R\$ 71.660	R\$ 954.786	R\$ 399.753	R\$ 14.178	R\$ 69.534	R\$ 1.605.162

(\*) Volume de empréstimo realizado até Nov.09 e projetado para Dez.09.

O Banco Rural possui experiência prévia em outras operações de securitização de recebíveis, tendo atuado como cedente em outros fundos de investimento em direitos creditórios.

Na data de elaboração deste Prospecto, o Banco Rural figura como cedente em 5 (cinco) fundos de investimento em direitos creditórios, originados de operações de empréstimo consignado, registrados na CVM e em atividade, relacionados a seguir:

Rural Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empréstimo Consignados

Data de Início:	08/11/2006
Data de Encerramento	25/03/2013
CNPJ	08.284.271/0001-28
Administrador:	BNY MELLON SERVICOS FINANCEIROS DTVM S.A.
Custodiante:	Banco Bradesco S.A.
Gestor:	BNY MELLON GESTÃO DE PATRIMONIO LTDA
Rating:	brAF
Patrimônio Líquido Total	R\$ 111.871.212,13
Patrimônio Sênior	R\$ 83.014.777,61
Patrimônio Subordinada	R\$ 29.259.678,78
Razão de Subordinação	26,06%
Percentual de Pré Pagamento	4,39%

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FVIII –Multisegmentos

Data de Início:	06/10/2008
Data de Encerramento	11/09/2012
CNPJ	10.382.250/0001-97
Administrador:	BEM DTVM LTDA
Custodiante:	Banco Bradesco S.A.
Gestor:	BRAM – Bradesco Asset Management S/A. – DTVM
Rating:	Não Avaliado
Patrimônio Líquido Total	R\$ 96.398.834,24
Patrimônio Sênior	R\$ 70.120.232,47
Patrimônio Subordinada	R\$ 27.416.175,39
Razão de Subordinação	28,11%
Percentual de Pré Pagamento	11,29%

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Consignados JP Morgan

Data de Início:	8/8/2006
Data de Encerramento	25/08/2010
CNPJ	08.155.330/0001-68
Administrador:	BEM DTVM LTDA
Custodiante:	Banco Bradesco S.A.
Gestor:	Boa Esperança Consultoria, Administração e Participação Ltda.
Rating:	brAAF
Patrimônio Líquido Total	R\$ 57.690.640,96
Patrimônio Sênior	R\$ 43.171.582,63
Patrimônio Subordinada	R\$ 14.350.557,77
Razão de Subordinação	24,95%
Percentual de Pré Pagamento	7,77%

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Consignados Rural Consignados

Data de Início:	26/4/2006
-----------------	-----------

Data de Encerramento	26/07/2010
CNPJ	07.964.475/0001-47
Administrador:	BEM DTVM Ltda
Custodiante:	Banco Bradesco S.A.
Gestor:	Banco Rural S.A.
Rating:	brAAF
Patrimônio Líquido Total	R\$ 51.868.607,67
Patrimônio Sênior	R\$ 42.492.066,87
Patrimônio Subordinada	R\$ 16.192.637,51
Razão de Subordinação	27,59%
Percentual de Pré Pagamento	5,98%

#### ANÁLISE FINANCEIRA E DO SETOR DE ATUAÇÃO DO CEDENTE

O Banco Rural S.A. é um banco múltiplo, autorizado operar com as carteiras comercial, de câmbio, de crédito, financiamento e investimento, arrendamento mercantil e de crédito imobiliário. Através de suas controladas, atua, também, nas áreas de seguros, arrendamento mercantil, corretagem de câmbio e valores mobiliários, , administração de fundos de investimento e de concessão de crédito.

A Instituição passou por um processo de reestruturação física e administrativa a partir de 2005, buscando um novo reposicionamento no mercado, focando basicamente em três segmentos: (i) varejo, através de consignação em folha de pagamento, (ii) corporativo: através *do middle market* e (iii) operações de câmbio: no interbancário e no financiamento de operações de comércio exterior. Inicialmente, esta reestruturação redimensionou a estrutura operacional e administrativa, de acordo com a capacidade de produção, reduzindo significativamente seus custos, através da adequação de seus recursos humanos e de sua estrutura física. Posteriormente, o banco realinhou sua estratégia de negócios, com foco na rentabilidade, através da supressão de cargos, centralização do *back Office*, resultando na padronização e racionalização de custos e processos e na criação de novos produtos.

O projeto de modernização de todo o processamento de dados da Instituição é outro fator importante a ser elencado, pois consiste, e já está em execução, na transferência do Data Center para imóvel recém adquirido na cidade de Belo Horizonte, com localização privilegiada em termos de contingências e riscos. Em setembro de 2009, foi ativado, na sede do Banco, o Data Center de Continuidade. Ambos os sites estarão, fisicamente, em distância compatível com padrões de segurança e funcionarão em tempo real. A tecnologia aplicada aos *sites* adéqua-se aos mais altos e atuais padrões de funcionalidade e segurança em termos de ambiente para *hardware*. Todo o investimento em TI visa readequar a estrutura de hardware a parâmetros atuais de mercado, principalmente em relação aos aspectos de segurança e continuidade de negócios.

O resultado desses procedimentos levou o Banco Rural a atingir um perfil de gestão enxuta e bem dimensionada fisicamente, capaz de enfrentar crises, como a deflagrada em meados de 2008, com mitigadas conseqüências para o desempenho da Instituição, consolidando a retomada de suas operações com solidez e rentabilidade.

O período findo em 30/06/2009 demonstra o acerto dessas medidas, com reflexos positivos em todos os indicativos financeiros. O valor total de depósitos, em 30 de junho de 2009, era de R\$ 1.938.000.000,00 (hum bilhão, novecentos e trinta e oito milhões de reais), frente aos R\$ 1.490.000.000,00 (hum bilhão, quatrocentos e noventa milhões de reais) em 30 de dezembro de 2008. O total de operações de crédito, no final do exercício findo em 30/06/2009, era de R\$ 1.256.000.000,00 (hum bilhão, duzentos e cinquenta e seis milhões de reais), tendo sido cedido no período a quantia de R\$ 195.311.000,00 (cento e noventa e cinco milhões, trezentos e onze

mil reais), frente a R\$ 806.000.000,00 (oitocentos e seis milhões de reais) de ativos de crédito no encerramento do exercício 2007, e R\$ 463.070. 000,00 (quatrocentos e sessenta e três milhões e setenta mil reais) em cessões, o que demonstra a capacidade de originação da área operacional.

O Banco Rural encerrou o primeiro semestre de 2009 com lucro operacional de R\$ 28.638. 000,00 (vinte e oito milhões, seiscentos e trinta e oito mil reais), e lucro líquido de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais).

## Indicadores

(Em R\$ milhões)

CADOC 4050	dez-06	dez-07	dez-08	mar-09	jun-09
<i>Total de Ativos</i>	1.767	1.926	2.503	2.502	2.969
<i>Total de Créditos</i>	946	806	1.054	1.065	1.256
<i>Provisões de Créditos</i>	(299)	(79)	(80)	(61)	(63)
<i>Total de Depósitos</i>	966	1.063	1.491	1.517	1.938
<i>Patrimônio Líquido</i>	226	340	371	370	386
<i>Resultado Líquido acum.</i>	(80)	27	51	1	14
<i>ROA Anualizado</i>	-4,5%	1,4%	2,0%	0,2%	0,9%
<i>ROE Anualizado acum.</i>	-35,2%	7,9%	13,7%	1,3%	7,3%
<i>Basiléia</i>	12,6%	20,7%	14,8%	14,3%	13,8%
<i>Agências Middle</i>	43	48	25	25	26
<i>Agências Consignado</i>	27	29	9	9	9
<i>Escritórios Consignado</i>	0	0	9	9	9
<i>Funcionários Middle</i>	739	659	525	525	537
<i>Funcionários Consignado</i>	323	416	223	230	229

## BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

### ADMINISTRADORA – BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

A BEM pertencia ao Banco do Estado do Maranhão, tendo sido adquirida pelo Banco Bradesco S.A. em 12 de fevereiro de 2004, passando, desde então, a contar com o corpo profissional, parque tecnológico e infra-estrutura do Bradesco.

### GESTOR – BER Capital S.A.

Criada em 2001 para fazer inicialmente a administração das empresas não-financeiras do Grupo Safdié, a BER Capital S. A. especializou-se a partir de 2003 na estruturação e gestão de FIDCs – Fundo de Investimento em Direitos de Créditos.

Em agosto de 2009, a empresa tem ativos totais sob sua gestão no total de R\$ 334 milhões.

A BER Capital se posiciona na vanguarda da indústria de Gestão de Fundos, utilizando o conhecimento e experiência de seus profissionais na criação de operações inovadoras.

### CUSTODIANTE – BANCO BRADESCO S.A.

O Bradesco, por meio do seu departamento de ações e custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, *trustee*, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 anos.

O Departamento de Ações e Custódia presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo assim total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo compliance corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por compliance específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de Custódia e Controladoria têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Bradesco também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do Código de Auto-Regulação da ANBID.

Especificamente para a área de custódia, o Bradesco mantém sistemas que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

## **AGÊNCIA DE RATING – STANDARD & POOR’S**

A Standard & Poor's atribuiu seu primeiro rating para instituições brasileiras em 1992. Nessa época, as empresas avaliadas eram subsidiárias de empresas multinacionais atuantes no mercado global de títulos de securitização de fluxos de exportação. Em novembro de 1994, após a implementação do Plano Real, a Standard & Poor's atribuiu seu primeiro rating à República Federativa do Brasil. Em 1998, a Standard & Poor's inaugurou seu escritório no Brasil, localizado em São Paulo. Em julho desse ano, também lançou sua Escala Nacional Brasil de Ratings. Desde então, a Standard & Poor's vem ampliando sua cobertura de ratings tanto na escala global como na Escala Nacional Brasil, além de suas análises, opiniões e avaliações, as quais são utilizadas como benchmarks pela comunidade financeira.

## **AUDITORIA – KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**

A KPMG é uma empresa com presença mundial, prestando serviços da mais alta qualidade em diversas áreas, por meio de seus departamentos de Serviços de Auditoria, Assessoria Tributária, Assessoria em Serviços Financeiros e Assessoria em Gestão de Recursos Humanos.

A KPMG foi constituída no Brasil em 1º de julho de 1987, a partir da fusão de três empresas com grande tradição na comunidade de negócios: (i) a Peat Marwick & Mitchell, que posteriormente tornou-se Peat Marwick International (“PMI”), com atuação no Brasil desde 1915; (ii) a Klynveld Main Goerdeler, presente no país desde 1982; e (iii) a Roberto Dreyfuss, empresa brasileira fundada em 1943.

Em 1987, a KPMG e a PMI fizeram a primeira megafusão do mercado de serviços de auditoria, passando todas as firmas associadas a elas a utilizar o nome KPMG. A KPMG atua no Brasil por meio de mais de 1.000 profissionais, em uma rede de nove escritórios operacionais, cada um liderado por um sócio.

Possui escritórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, São Carlos e Jaraguá do Sul.

A KPMG presta serviços nas áreas de auditoria e contabilidade, impostos, fusões e incorporações, investigações especiais, treinamento, avaliações empresariais e assessoria em gestão de recursos humanos.

## **ASSESSOR LEGAL – BARCELLOS TUCUNDUVA ADVOGADOS**

Barcellos Tucunduva Advogados, com sede na Alameda Itu, 852, 9º e 10º andares, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP.

Escritório de advocacia fundado em 1954, que há mais de meio século prima pela excelência na prestação de serviços legais nas mais diversas áreas do Direito Empresarial. Conta com profissionais com vasta experiência em Direito Bancário e em Direito dos Mercados Financeiro e de Capitais. Fazem parte de sua carteira de clientes nacionais e internacionais inúmeras instituições financeiras e assemelhadas, bem como outros participantes do mercado, como companhias abertas e fundos de investimento.

Além de sua sede em São Paulo/SP, o escritório possui correspondentes nas principais capitais do Brasil (Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador). Parcerias com escritórios no exterior possibilitam assessoria jurídica a seus clientes em âmbito internacional (África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, China, Colômbia, Espanha, EUA, França, Holanda, Inglaterra, Itália, México, Nova Zelândia e Portugal).

## **SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO**

Destacamos abaixo um sumário descrevendo os principais contratos firmados pelo **FUNDO**.

### **CONTRATO DE CESSÃO**

É o principal contrato celebrado pelo **FUNDO** – representado por sua **ADMINISTRADORA** – com o **CEDENTE**, para a aquisição de Direitos de Crédito. A cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretratável, transferindo para o **FUNDO**, em caráter definitivo, a plena titularidade dos mesmos, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como reajustes monetários, juros e encargos, sem co-obrigação e/ou qualquer direito de regresso contra o **CEDENTE**.

### **CONTRATO DE CUSTÓDIA E CONTROLADORIA**

Contrato celebrado entre a **ADMINISTRADORA** – por conta e ordem do **FUNDO** – e o **CUSTODIANTE**, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos de Crédito e ativos financeiros integrantes da carteira do **FUNDO**, bem

como sua supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial e outras atividades de controle do ativo e passivo do **FUNDO**.

#### **CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO**

Contrato celebrado entre a **ADMINISTRADORA** – por conta e ordem do **FUNDO** – e o **BANCO RURAL**, na qualidade de distribuidor líder das Quotas do **FUNDO**, em regime de melhores esforços, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à distribuição de Quotas do **FUNDO**. O Contrato de Distribuição foi celebrado em 23 de novembro de 2009 e determina notadamente que:

- a) a distribuição das Quotas do **FUNDO** será realizada em regime de melhores esforços;
- b) não há garantia de subscrição prestada pelo Distribuidor Líder ou qualquer outra instituição que pode vir a ser contratada para realizar a distribuição das Quotas do **FUNDO**;
- c) o Contrato de Distribuição foi celebrado por tempo determinado e vigorará até o término da distribuição de Quotas do **FUNDO**;
- d) pelos serviços de distribuição descritos no Contrato de Distribuição, o Distribuidor Líder não fará jus a qualquer remuneração.

Cópias do Contrato de Distribuição estão disponíveis para consulta na sede da **ADMINISTRADORA** e do Distribuidor Líder.

#### **CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA**

**DATA DE PROTOCOLO NA CVM:** 22 de dezembro de 2009.

**DATA DE APROVAÇÃO DO FUNCIONAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS PELA CVM:** 15 de janeiro de 2010 e 14 de janeiro de 2010, respectivamente.

**DATA DE PUBLICAÇÃO DO INÍCIO DA DISTRIBUIÇÃO E EFETIVO INÍCIO DE DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS DO FUNDO:** 18 de fevereiro de 2010.

#### **SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E PRORROGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO:**

A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM nº 400/03 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A CVM deverá proceder à suspensão da oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da oferta e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão do contrato de distribuição importará no cancelamento do registro.

A **ADMINISTRADORA** do **FUNDO** deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Terão direito à restituição integral dos valores, bens ou direitos dados em contrapartida aos valores mobiliários ofertados, na forma e condições do presente Prospecto: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima.

**ALTERAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA:** Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos do **FUNDO** e inerentes à própria oferta, será solicitada à CVM a alteração ou revogação da oferta de distribuição pública de quotas do **FUNDO**.

A alteração e/ou revogação da oferta de distribuição de quotas do **FUNDO** será imediatamente comunicada aos investidores através de correio eletrônico e publicação no Valor Econômico.

O investidor deverá comunicar a sua discordância com a alteração da oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da alteração da oferta, sendo que o silêncio do investidor será considerado como aceitação da alteração da oferta. O investidor que manifestar sua discordância em relação à alteração da oferta será restituído dos valores investidos no **FUNDO**, na forma e no prazo a serem informados no anúncio de alteração da oferta.

A revogação da oferta acarretará a restituição ao investidor da quantia aplicada no **FUNDO**, a qual se dará na forma e no prazo informado no anúncio de revogação da oferta.

#### **DIREITOS CREDITÓRIOS**

## **CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

A carteira de Direitos de Crédito estimada para ser cedida ao fundo corresponde a 39.840 contratos com valor médio de R\$ 5.836,40. A taxa média de juros, praticada conforme sistema PRICE de capitalização, é de 34,23% a.a ou 2,48% a.m. O prazo médio das operações é de 49,53 meses, sendo 6 o prazo mínimo e 84 o prazo máximo das operações. Os Contratos de Empréstimo apresentam como garantias a autorização para desconto em folha de pagamento.

Os mutuários devedores dos direitos de crédito são, na sua totalidade, os Aposentados e Pensionistas do INSS e/ou Servidores Públicos que tenham celebrado com o Banco Rural operação de empréstimo consignado. Dessa forma, todos os mutuários estão sujeitos à Política de Análise e Concessão de Crédito do cedente, conforme descrita a seguir.

### ***Política de Análise e Concessão de Crédito***

As operações de empréstimos consignados são realizadas em observância a uma série de procedimentos e requisitos, sendo tais requisitos relacionais (i) às características dos mutuários; (ii) ao volume e condições das operações a serem realizadas; e (iii) ao impacto de referidas operações de empréstimo consignado na carteira de crédito do Cedente.

### ***Crítérios e Procedimentos aplicáveis aos Aposentados e Pensionistas do INSS***

Natureza: Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de contratos de Empréstimo Consignado, com taxas de juros prefixadas e frequência de pagamento mensal, celebrados com Aposentados e Pensionistas titulares de benefícios do INSS.

Desde o advento da Medida Provisória n.º 130, de 17 de setembro de 2003 (convertida na Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003), os Aposentados e Pensionistas podem autorizar o INSS a consignar e descontar da renda mensal dos benefícios de aposentadoria ou de pensão de que forem titulares, os recursos necessários ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil contraídos com instituições financeiras, pagadoras ou não do benefício. Para a efetiva consignação dos descontos na renda mensal dos benefícios concedidos pelo INSS, devem ser observados requisitos descritos em lei e na regulamentação aplicável.

Processo de Origem: Inicialmente, os Aposentados e Pensionistas interessados em contratar o Empréstimo Consignado, munidos de documentos e/ou informações específicas, procuram as agências ou correspondentes do Banco Rural e estabelecem as características da operação. Os atendentes consultam a página do INSS na internet para confirmar dados fornecidos e existência de margem consignável.

O Banco Rural, então, envia arquivo eletrônico, analítico, solicitando autorização das operações de Empréstimo Consignado e a retenção da margem. O arquivo é destinado à DATAPREV. A DATAPREV retorna arquivo analítico com as operações autorizadas, ratificando a margem e informando as operações de Empréstimo Consignado não aprovadas.

Aprovada a operação pela DATAPREV, nos termos do parágrafo anterior, o Banco Rural transfere os recursos referentes à contratação do Empréstimo Consignado para o Aposentado e Pensionista, em regra geral, por meio de Documento de Ordem de Crédito ou Transferência Eletrônica Disponível. A liberação de recursos pode ser feita também por meio de bancos conveniados, hipótese em que o Mutuário deve se dirigir à respectiva agência bancária para receber em espécie a quantia mutuada.

O INSS, por meio da DATAPREV, inicia o desconto de valores referentes ao pagamento de parcela(s) de Empréstimo Consignado(s) na folha de benefícios dos Aposentados e Pensionistas e repassa o valor correspondente em uma conta do Banco Bradesco de titularidade do Banco Rural. Mediante o recebimento da relação analítica dos descontos efetuados previamente, o Banco Rural, por sua vez, na qualidade de Agente de Recebimento e Conciliação, solicita ao Bradesco o repassa direto dos respectivos valores relativos aos Direitos de Crédito Elegíveis, na Conta Autorizada do Fundo.

Eventualmente, o Banco Rural pode vir a contratar seguro para cobrir eventual inadimplência decorrente de morte do Mutuário. A contratação de seguro é prerrogativa exclusiva do Banco Rural e, se adotada, alcançará apenas os Direitos de Crédito oriundos de operações de Empréstimos Consignados contratadas com Aposentados e Pensionistas do INSS.

Documentos da Operação: Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio dos Documentos Comprobatórios. Havendo seguro para cobrir eventual inadimplência decorrente de morte do Mutuário, há também a respectiva apólice.

Política de Concessão de Crédito: O Banco Rural adota a seguinte política de concessão de crédito, em se tratando de Empréstimos Consignados a Aposentados e Pensionistas:

- (i) os Empréstimos Consignados somente podem ser concedidos para determinado Aposentado e Pensionista se as parcelas de pagamento do Empréstimo Consignado pretendido forem

compatíveis com seus benefícios; isto porque há limite para o percentual dos benefícios de cada Aposentado e Pensionista que pode ser comprometido com o desconto em benefício, considerando-se para a aferição de tal limite todos os valores que já são descontados do benefício; assim, o Aposentado e Pensionista deve apresentar, no ato da contratação do Empréstimo Consignado, documentos e/ou informações que comprovem sua condição de titular de benefício previdenciário do INSS e a existência de margem consignável suficiente para a averbação do desconto;

- (ii) cada Empréstimo Consignado deve ter valor mínimo de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) e valor máximo de acordo com a disponibilidade de margem consignável; e
- (iii) o prazo de duração das operações de Empréstimo Consignado é de, no mínimo, 6 (seis), e de, no máximo, 60 (sessenta) meses, observadas eventuais limitações regulamentares aplicáveis à espécie.

**Margem Consignável:** A margem consignável é calculada por um sistema próprio do Banco, disponível em intranet e internet, sem intervenção manual do usuário, conforme critérios regidos na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, aplicando-se 30% sobre os vencimentos fixos, já deduzidos os descontos compulsórios. Do resultado encontrado, deduzem-se os demais descontos facultativos. Esta margem encontrada passa a ser o valor máximo da parcela a ser assumida pelo aposentado ou pensionista.

O Banco Rural, então, envia arquivo eletrônico, analítico, solicitando autorização das operações e a retenção da margem. O arquivo é destinado à DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, empresa pública instituída pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, responsável pelo processamento da folha de pagamento dos Aposentados e Pensionistas. A DATAPREV retorna arquivo analítico com as operações autorizadas, ratificando a margem e informando as não aprovadas. Aprovada a operação, o Banco Rural transfere os recursos do empréstimo para o Aposentado ou Pensionista, em regra por meio de Documento de Ordem de Crédito, Transferência Eletrônica Disponível ou Ordem Bancária.

#### ***Crítérios e Procedimentos aplicáveis aos Servidores Públicos***

**Natureza:** Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são formalizados por meio da celebração de contratos de Empréstimo Consignados com Servidores Públicos.

**Política de Concessão de Crédito:** Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são oriundos de contratos de Empréstimo Consignado celebrados com Servidores Públicos. Os Servidores Públicos são necessariamente vinculados a entes federativos (que podem ser a União, os Estados, o Distrito Federal e/ou os Municípios), às Forças Armadas, que permitem que as parcelas das operações de Empréstimos Consignados contratadas com os Mutuários sejam descontadas em folha de pagamento dos Servidores Públicos.

Na concessão dos Empréstimos Consignados, são observados requisitos que consubstanciam uma política de concessão de créditos, dos quais se destacam os seguintes:

- (i) os Empréstimos Consignados somente podem ser concedidos para determinado Servidor Público se as parcelas de pagamento do Empréstimo Consignado pretendido forem compatíveis com seus vencimentos; isto porque há limite para o percentual dos vencimentos de cada Servidor Público que pode ser comprometido com desconto em folha de pagamento, considerando-se para a aferição de tal limite todos os valores que já são descontados e/ou a margem consignável disponível em sistemas próprios dos entes federativos, assim, o Servidor Público deve apresentar documentos que comprovem sua condição de Servidor Público e a existência de margem suficiente para desconto em folha de pagamento;
- (ii) cada contrato de Empréstimo Consignado deve ter valor mínimo de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) e valor máximo de acordo com a disponibilidade de margem consignável.
- (iii) o prazo de duração dos Empréstimos Consignados concedidos aos Servidores Públicos é de, no mínimo, 6 (seis) meses, e de, no máximo, 84 (oitenta e quatro) meses.

**Margem Consignável:** A margem consignável obedece à regência legal de cada Ente Consignante e é averbada de acordo com a ferramenta disponibilizada pelo mesmo. As margens podem ser automáticas ou manuais. As margens automáticas são oferecidas às consignatárias em sistemas de consignações próprios ou terceirizados. As margens manuais são calculadas utilizando o contra-cheque do servidor.

Nas esferas Federal, Estadual e Municipal, 100%, 83% e 28% dos códigos possuem sistemas de averbação on-line, respectivamente. Atualmente os códigos com sistemas on-line representam mais de 80% da carteira a ser ofertada.

#### **INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLENTOS, PERDAS E PRÉ-PAGAMENTO**

No contexto da presente operação de securitização, analisamos os dados estatísticos sobre a carteira de Direitos de Crédito do Banco Rural quanto ao seu perfil e inadimplência no que se refere a Empréstimos Consignados



concedidos a Servidores Públicos e a Aposentados e Pensionistas do INSS, no período compreendido entre novembro de 2006 e outubro de 2009.

As informações estatísticas analisadas foram compiladas e seguem abaixo de forma resumida, apresentando um panorama sintético dos inadimplementos, perdas e pré-pagamentos de Direitos de Crédito de mesma natureza dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo. Para a apresentação do comportamento de inadimplência e dos prazos de pagamento dos Mutuários foram consideradas as datas do efetivo recebimento das parcelas.

Frizamos que os dados apresentados se referem a uma carteira contendo Direitos Creditórios de mesma natureza dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo.

**Tabela 1 Direitos Creditórios de mesma natureza**

<b>Crédito Consignado - Parcelas não Liquidadas</b>			
<b>Safra</b>	<b>Parcelas Totais (R\$)</b>	<b>Parcelas Não Liq. (R\$)</b>	<b>Perc.</b>
nov-06	29.900.404	584.651	1,96%
dez-06	25.960.692	439.556	1,69%
jan-07	29.192.954	355.500	1,22%
fev-07	26.746.337	274.165	1,03%
mar-07	41.373.097	340.193	0,82%
abr-07	32.695.656	321.141	0,98%
mai-07	52.943.363	468.331	0,88%
jun-07	57.927.197	528.463	0,91%
jul-07	61.890.506	517.857	0,84%
ago-07	71.277.897	496.111	0,70%
set-07	79.473.850	440.225	0,55%
out-07	98.751.210	564.015	0,57%
nov-07	80.593.088	505.471	0,63%
dez-07	67.189.025	494.082	0,74%
jan-08	105.003.453	458.142	0,44%
fev-08	103.787.697	502.623	0,48%
mar-08	80.626.798	249.140	0,31%
abr-08	69.291.171	207.160	0,30%
mai-08	61.056.918	143.662	0,24%
jun-08	93.609.199	240.048	0,26%
jul-08	65.211.165	165.452	0,25%
ago-08	17.416.768	36.074	0,21%
set-08	15.249.377	13.273	0,09%
out-08	21.583.552	20.063	0,09%
nov-08	20.763.400	24.362	0,12%
dez-08	23.624.558	6.611	0,03%
jan-09	27.437.784	2.446	0,01%
fev-09	33.406.301	1.785	0,01%
mar-09	35.266.900	474	0,00%
abr-09	31.666.577	0	0,00%
mai-09	33.082.014	0	0,00%
jun-09	38.890.118	0	0,00%
jul-09	53.182.227	0	0,00%
ago-09	48.518.171	0	0,00%
set-09	67.183.421	0	0,00%
out-09	72.275.249	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>1.874.048.094</b>	<b>8.401.076</b>	<b>0,45%</b>

Fonte: Dados Gerenciais do Banco Rural S.A.

Metodologia:

- Parcelas Totais (R\$): Soma das parcelas originadas por safra, ou seja, são agrupadas pela data de geração das operações;
- Parcelas Não Liquidadas (R\$): Valor das parcelas não liquidadas com mais de 180 dias por safra, ou seja, são agrupadas pela data de geração das operações;
- Perc.: Proporção das Parcelas Não Liquidadas em relação as Parcelas Totais.

**Tabela II Direitos Creditórios de mesma natureza - Aging List**

<b>Crédito Consignado</b>		
<b>Eventos / Faixas</b>	<b>Soma de Parcelas (R\$)</b>	<b>Perc. (%)</b>
<b>1) Parcelas liquidadas sem atraso:</b>	<b>953.136.704</b>	<b>50,96%</b>
1.1) Pagamentos Antecipados	607.638.598	32,49%
1.1.1) Quitação	189.640.149	10,14%
1.1.2) Refinanciamento	417.998.450	22,35%
1.2) Pagamentos Pontuais	345.498.106	18,47%
<b>2) Parcelas liquidadas com atraso:</b>	<b>65.060.692</b>	<b>3,48%</b>
2.1) De 16 a 30 dias	26.258.346	1,40%
2.2) De 31 a 90 dias de atraso	29.204.673	1,56%
2.3) De 91 a 180 dias de atraso	6.315.451	0,34%
2.4) Acima de 180 dias de atraso	3.282.223	0,18%
<b>3) Parcelas vencidas e não liquidadas:</b>	<b>18.808.640</b>	<b>1,01%</b>
3.1) Até 30 dias	3.525.186	0,19%
3.2) De 30 a 90 dias	3.654.002	0,20%
3.3) De 91 a 180 dias de atraso	3.228.376	0,17%
3.4) Acima de 180 dias de atraso	8.401.076	0,45%
<b>4) Parcelas à vencer:</b>	<b>833.304.028</b>	<b>44,55%</b>
<b>5) Parcelas Totais:</b>	<b>1.870.310.064</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados Gerenciais do Banco Rural S.A.

A tabela em referência refere-se aos dados históricos da carteira a ser ofertada ao Fundo, cujas parcelas possuem vencimento entre 01/11/2006 a 31/10/2009.

Metodologia:

- Eventos/Faixas: Classificação das parcelas em 31/10/2009 conforme faixa de atraso;
- Soma das Parcelas (R\$): Soma das parcelas originadas nos últimos 36 meses findos em 31/10/2009;
- Parcelas/Parcelas Totais: Proporção das Parcelas por Eventos/Faixas em relação as Parcelas Totais;

A fim de simularmos o efeito do pré-pagamento de operações na cota subordinada do fundo, assumimos as seguintes premissas:

- PL do fundo: R\$ 100 milhões
- Taxa média de concessão dos empréstimos: 2,26% AM
- Remuneração das Cotas Sênior
- Taxa média de cessão para o fundo: CDI+5,0% aa
- Prazo das operações: 48 meses

Com o objetivo de retratar o efeito do pré-pagamento, retiramos também o efeito de inadimplência.

Com base na simulação abaixo e dentro das premissas assumidas, chegamos a conclusão que, não havendo o efeito de pré-pagamento das operações, a cota subordinada teria uma valorização mensal de 1,66% am.

**Simulação de rentabilidade (sem efeito de pré-pagamento)**

PL FUNDO	100.000,00	
Receita	1.097,89	1,0979%
Custos	57,32	0,0573%
Remuneração Cota SR	651,54	0,8144%
Valorização do PL	1.040,57	1,0406%
Valorização da Cota Sub	331,71	1,6585%

Por outro lado, advindo o efeito de pré-pagamento, dentro das premissas assumidas e imaginando que, na média, 12% dos contratos são refinanciados no 36º mês da concessão operação (também valores médios), nota-se perda substancial do valor da cota subordinada:

**Simulação de rentabilidade (com efeito de pré-pagamento)**

premissas 12% da carteira sofre pré-pagamento, que ocorre após 36 meses da concessão do empréstimo

PL FUNDO	100.000,00	
Receita	808,13	0,8081%
Custos	57,32	0,0573%
Remuneração Cota SR	716,92	0,8962%
Valorização do PL	750,81	0,7508%
Valorização da Cota Sub	(23,43)	-0,1171%

Ocorrendo esta situação, o cedente, estará obrigado a subscrever novas cotas subordinadas conforme compromisso assinado.

Finalmente, cabe lembrar, que a fim de minimizar este efeito o cedente poderá exercer o seu direito de recompra dos ativos, conforme previsto em regulamento.

**DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO**

1) Percentagem em relação ao valor total de quotas estimado:	0,42%
2) Comissão de Coordenação:	Não se aplica
3) Comissão de Colocação:	Não se aplica
4) Comissão de Garantia de Subscrição:	Não se aplica
5) Outras Comissões (especificar):	Não se aplica
6) Custo Unitário de Distribuição (em relação ao número total de quotas estimado):	R\$ 4,18
7) Despesas decorrentes dos Registros:	
a) Registro CRTD:	R\$ 666,47
b) Registro CVM:	R\$ 82.870,00
8) Outros custos relacionados:	
a) Publicação do Anúncio de Início de Distribuição	R\$ 2.337,90
b) Estruturação	R\$ 250.000,00
c) Assessoria Legal	R\$ 28.000,00
d) Classificação de risco	R\$ 54.000,00
e) Auditoria	Não se aplica
<b>TOTAL:</b>	<b>R\$ 417.874,37</b>

**RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E/OU COM A OFERTA**

#### RELAÇÃO ENTRE O CEDENTE E O COORDENADOR, A ADMINISTRADORA E O CUSTODIANTE

O Banco Rural S.A., pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, incluindo a Administradora e o Custodiante. Ainda, o Custodiante presta serviço de custódia a outros fundos de investimento em direitos creditórios patrocinado pelo Cedente.

Vide a Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto (item xxvi).

#### RELAÇÃO ENTRE A ADMINISTRADORA E O CUSTODIANTE

A Administradora e o Custodiante são instituições integrantes do mesmo grupo econômico.

Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, a Administradora e o Custodiante mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança na gestão de recursos de seus clientes.

#### RELAÇÃO ENTRE A ADMINISTRADORA E O GESTOR

No curso normal de seus negócios, o Gestor foi contratado para realizar a gestão de investimento de outro fundo de investimento administrado pela Administradora, o Fundo De Investimento em Direitos Creditórios Consignados JPMorgan I, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Portfólio I e o BER Capital Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado. Este relacionamento apresenta as seguintes características:

FUNDO	CNPJ	ENCERRAMENTO	TIPO	PL (30.11.09)	REMUNERAÇÃO DO GESTOR
FIDC Consignados JP Morgan I	08.155.330/0001-68	jul/10	FIDC fechado	R\$ 53.799.882	0,10% a.a. mínimo 10.000,00 mensal
FIDC Consignados Portfolio I	09.207.285/0001-00	mai/12	FIDC fechado	R\$ 93.199.343	0,20% a.a. mínimo 15.000,00 mensal
BER Capital Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Credito Privado	10.444.010/0001-70	aberto	Multimercado exclusivo	R\$ 49.998.946	0,65% sobre Ativos de Crédito

#### CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses entre o Cedente, a Administradora, o Gestor e o Custodiante, que são as instituições envolvidas nos processos de originação, administração, gestão e distribuição do Fundo.

A Administradora declara-se independente para a realização das atividades inerentes às suas funções, mesmo quando realizar operações nas quais atue na condição de contraparte do Fundo ou operações envolvendo títulos de emissão/titularidade da Administradora ou de suas Partes Relacionadas. Isto posto, apesar do Custodiante ser sociedade coligada, a Administradora declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de suas funções com o Custodiante.

Adicionalmente, também não existe conflito de interesse entre as atividades de gestão e seleção a serem desempenhadas pelo Gestor.

#### **INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

Antes de efetuar a aplicação no **FUNDO**, aos investidores ou potenciais investidores deverão ler atentamente o Regulamento e o Prospecto do **FUNDO**. O histórico da performance do **FUNDO** poderá ser obtido junto ao Serviço de Atendimento ao Quotista descrito abaixo.

O Serviço de Atendimento ao Quotista também poderá disponibilizar informações adicionais sobre o **FUNDO**, inclusive informações acerca de regras de aplicação e resgate, demonstrativos financeiros, relatórios sobre a administração do **FUNDO**, bem como receber críticas e sugestões.

## **EXEMPLARES DO PROSPECTO**

Os Investidores ou potenciais investidores poderão obter exemplares, em cópia física ou eletrônica, deste Prospecto nos seguintes endereços:

### **BANCO RURAL S.A.**

Rua Rio de Janeiro, 927, 14º andar, Centro,  
Belo Horizonte/MG, CEP 30160-041  
Telefone: 031 2126-5301 / Fax: 031 21265496  
site: [www.bancorural.com.br](http://www.bancorural.com.br) - Investimentos - FIDC Consignados Portfólio II  
<http://www.bancorural.com.br/ImagensDin/editor/file/PROSPECTO%20FIDC%20RURAL.pdf>

### **Administradora**

Bem Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara  
Osasco - São Paulo - CEP: 06029-900  
Telefone: 011 3684-4522 / Fax: 011 3684-5645  
site: [www.bradescocustodia.com.br](http://www.bradescocustodia.com.br)  
[https://www.ss.shopinvest.com.br/infofundos/ConsultaInformativo.do?site=CUST&codigoFundo=645&codigoTipoDocumento=10&nomeFundo=FIDC Consignado Portifólio II](https://www.ss.shopinvest.com.br/infofundos/ConsultaInformativo.do?site=CUST&codigoFundo=645&codigoTipoDocumento=10&nomeFundo=FIDC%20Consignado%20Portifolio%20II)

### **Gestor**

BER CAPITAL S.A.  
Rua Pedroso Alvarenga, nº 1221, 1º andar, conjunto 1B,  
(bairro) - São Paulo – SP - CEP 04531-012  
Telefone: 011 2588 2500 / Fax: 011 2588 2522  
site: [www.bercapital.com](http://www.bercapital.com)  
<http://www.bercapital.com/images/stories/Files/ProspectoCPII.pdf>

### **Comissão de Valores Mobiliários - CVM**

Rio de Janeiro  
Rua Sete de Setembro, 111  
2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares  
CEP 20050-901 - Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (21) 3233-8686  
Internet: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

São Paulo  
Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares  
Edifício Delta Plaza  
CEP 01333-010 – São Paulo - SP  
Tel.: (11) 2146-2000

### **CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

São Paulo  
Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar  
01009-000 - São Paulo – SP  
Tel.: (11) 3111-1400 / 3365-4925  
Fax: (11) 3111-1563  
[www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

Rio de Janeiro  
Av. República do Chile, 230, 11º andar  
20031-170 – Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (21) 2276-7474 / 2223-6464  
Fax: (21) 2276-7435 / 2223-6435

## **ATENDIMENTO AO QUOTISTA**

Para solicitar maiores informações sobre o **FUNDO**, bem como realizar consultas sobre os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração do **FUNDO**, potenciais investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a **ADMINISTRADORA** por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento, fax e e-mail:

### **Administradora**

Bem Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara  
Osasco - São Paulo - CEP: 06029-900  
Telefone: 011 3684-4522 / Fax: 011 3684-5645

### **Gestor**

BER CAPITAL S.A.  
Rua Pedroso Alvarenga, nº 1221, 1º andar, conjunto 1B,  
(bairro) - São Paulo – SP - CEP 04531-012  
Telefone: 011 2588 2500 / Fax: 011 2588 2522  
site: [www.bercapital.com](http://www.bercapital.com)

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o **FUNDO** e a presente distribuição poderão ser obtidas junto à **ADMINISTRADORA** e ao **GESTOR**.

## **FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Osasco, Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao **FUNDO** ou a questões decorrentes da aplicação do Regulamento.

## **ANEXO I – REGULAMENTO DO FUNDO**

## DECLARAÇÃO

**[NOME E QUALIFICAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL]**, na qualidade de diretor responsável do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS PORTFÓLIO II**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.370.040/0001-41 (**"FUNDO"**), administrado pela **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00, autorizada pela CVM a prestar o serviço de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº [...] de [...], DECLARA que é responsável pela veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das quotas do **FUNDO**.

Osasco, [...] de [...] de 2009.

**[NOME DO DIRETOR]**



## DECLARAÇÃO

**BANCO RURAL S.A.**, instituição financeira com sede na Rua Rio de Janeiro 927, 14º andar/ Centro - 30160-041 - Belo Horizonte - Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.124.959/0001-98, na qualidade de Instituição Líder da Distribuição de Quotas do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS PORTFÓLIO II**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.370.040/0001-41 ("**FUNDO**"), neste ato representada por seu Diretor infra-assinado

**DECLARA** que o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta de quotas da 1ª Série do **FUNDO**, das suas características, situação econômico-financeira, os riscos inerentes ao **FUNDO**, entre outras informações relevantes, bem como que o presente Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Belo Horizonte, [...] de [...] de 2009.

**BANCO RURAL S.A.**

**DECLARAÇÃO DO DISTRIBUIDOR LÍDER**

**BANCO RURAL S.A.**, instituição financeira com sede na Rua Rio de Janeiro 927, 14º andar/ Centro - 30160-041 - Belo Horizonte - Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.124.959/0001-98, na qualidade de Instituição Líder da Distribuição de Quotas do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS PORTFÓLIO II**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.370.040/0001-41 ("**FUNDO**"), neste ato representada por seu Diretor infra-assinado, **DECLARA** que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta. Ademais, as informações fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

Belo Horizonte, [...] de [...] de 2009.

**BANCO RURAL S.A.**

## **ANEXO V - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO**